

GOVERNO "AD" ATÉ AO FIM CONTRA OS PORTUGUESES

1. O arrastamento da crise política e governamental está-se a confirmar como altamente prejudicial para os interesses populares e como um factor de agravamento considerável dos problemas nacionais.

Entre outros aspectos, são disso prova os novos e brutais aumentos de preços dos transportes, dos combustíveis e da electricidade com que o demitido governo "AD" assesta mais um sério golpe nas degradadas condições de vida da população, com graves repercussões na já desastrosa situação económica, financeira e social para que, em três anos, três governos da "AD", do PSD e do CDS, empurraram o País.

É um revoltante escândalo que um governo demitido e à beira do estertor final, excedendo largamente as suas competências actuais, persista até ao último momento numa política ferozmente antipopular que, com mentirosas justificações, lança sobre a vida das famílias portuguesas acrescidas dificuldades e privações.

2. A evidência de que o demitido governo Balsemão se pretende aproveitar do arrastamento da crise governamental para prosseguir com medidas profundamente lesivas dos interesses populares e nacionais torna particularmente imperiosa e urgente uma saída democrática e constitucional para a crise política e governamental aberta pela derrota da "AD", do PSD e do CDS nas eleições autárquicas e pela falência da política e dos governos da "AD".

O arrastamento da crise governamental e as manobras em curso para a formação de outro governo da "AD" não podem nem devem ser toleradas nem pelas instituições democráticas nem pelo Povo português.

Manifestando por múltiplas formas o seu protesto contra a "AD", a sua política e os seus planos de conservação no Poder, os trabalhadores, as massas populares, os democratas portugueses darão no momento actual uma nova contribuição para que se concretize a solução democrática patriótica e cons-

titucional para a crise que a situação claramente impõe.

3. A "AD" e os partidos da "AD" não têm qualquer legitimidade para pretender formar governo. Constituem uma claríssima minoria eleitoral. Estão mergulhados numa profunda crise e corroídos por contradições e conflitos. Estão completamente desacreditados e derrotados perante a opinião do Povo português.

A formação de qualquer outro governo da "AD" (com o ridículo e o artificialismo acrescidos pela tentativa de impor um Primeiro-Ministro que suscita no seio da própria "AD" vastas reservas e diminutas expectativas) não só seria afrontosamente desrespeitadora da vontade do Povo português expressa nas eleições de 12 de Dezembro, como representaria um novo passo no caminho para um desastre nacional de gravíssimas proporções, com a agudização extrema de todos os problemas políticos, económicos, financeiros e sociais.

A única solução democrática para a crise que, na conjuntura actual, respeita as aspirações e a vontade do Povo português e poupa a população e o País a maiores dificuldades e prejuízos é a **pronta dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão isento e respeitador das normas democráticas e a convocação de eleições legislativas antecipadas**, não como vagamente referem dirigentes do PS «durante o ano de 1983», mas concretamente **com a máxima urgência e no respeito pelos prazos constitucionais**.

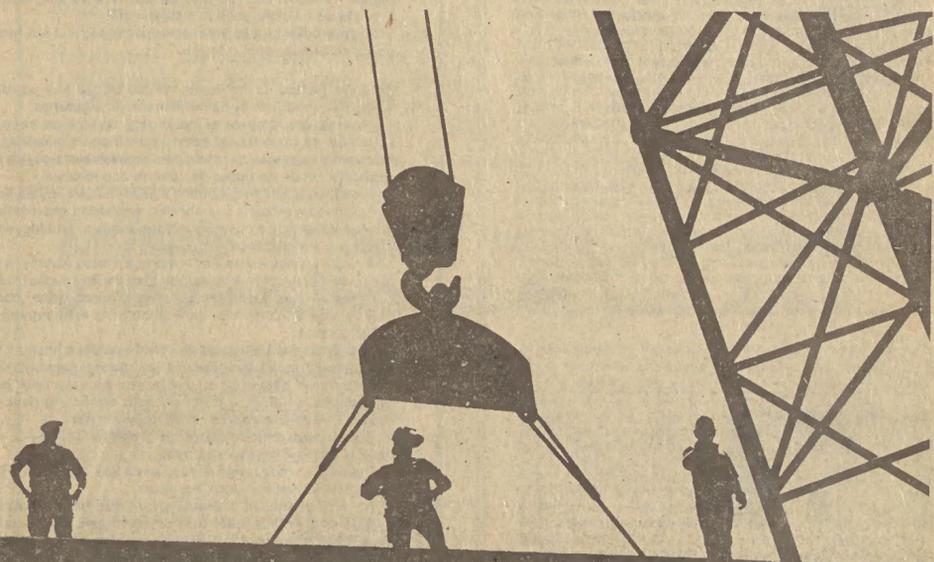
O regime democrático e as suas instituições devem sem demora funcionar para pôr termo ao espectáculo grotesco e indecoroso das manobras e convulsões da "AD" e dar a palavra ao Povo português para que, através do voto, defina um novo rumo para a política nacional e para a solução dos problemas do País.

Não há solução mais democrática, mais eficaz, mais justa, mais correcta, mais patriótica.

4.1.83 A Comissão Política do Comité Central do PCP

RENDAS COMERCIAIS EM DISCUSSÃO NA AR POR PROPOSTA DO PCP

Pág. 3



Estudo do Banco de Portugal confirma:

Sector nacionalizado é o mais dinâmico da economia nacional

Suplemento



BALANÇO DO ANO SINDICAL

Pág. 6

SEMANA

29 Quarta-feira



Freitas do Amaral

Freitas do Amaral abandona todos os cargos públicos e partidários que ocupava, provocando de imediato duas coisas: a aceleração do desmantelamento da «AD» e a demonstração pública dos grandes conflitos que se avolumam no interior do CDS. O presidente brasileiro, João Figueiredo, assinou o decreto de expulsão de Sérgio Godinho, na sequência de uma estranha detenção do cantor português no Brasil que se percebeu claramente porquê: a solidariedade activa de portugueses e brasileiros influiu determinantemente na libertação, sendo de assinalar que o Governo da «AD», durante todo o processo, manteve um desinteresse no mínimo chocante. Dois mortos e vinte feridos é o balanço provisório de graves confrontos ocorridos hoje no «ghetto» negro de Overtown, em Miami (EUA) entre a polícia e a população; os incidentes eclodiram após dois policiais terem ferido gravemente um jovem negro que pretendiam prender, tendo posteriormente a polícia cercado o bairro e carregado sobre os seus habitantes. O governo japonês decide um aumento maior do que o previsto nas despesas militares do orçamento para o ano fiscal de 1983.

30 Quinta-feira



Sérgio Godinho

Uma nota da Comissão Política do CC do PCP considera que a «AD» deixou de ter condições para continuar a governar o País e que a demissão de Freitas do Amaral é, em si mesma, o reconhecimento da derrota do plano subversivo e golpista da «AD» contra o regime democrático. Sérgio Godinho chega finalmente a Portugal, na sequência da expulsão decretada pelo presidente brasileiro. O Secretariado Nacional da CGTP-IN afirma em comunicado que a crise política portuguesa impõe uma solução imediata que passa pela dissolução da Assembleia da República e a convocação de novas eleições. O presidente da RP de Moçambique, Samora Machel, define como tarefa prioritária do povo moçambicano para 1983 o combate ao bandidismo praticado pelos grupos armados, treinados e apoiados pelo regime racista sul-africano. A ditadura fascista chilena lança uma violenta vaga repressiva no âmbito da qual foram efectuadas, só num dos bairros periféricos de Santiago do Chile, mais de 1500 prisões. A segunda sessão de negociações israelo-libanesas volta a fracassar, sem que se conseguisse chegar a acordo sobre a retirada militar sionista do Líbano e uma paz efectiva; entretanto cerca de 60 000 professores aderem à greve que os funcionários públicos de Israel mantêm desde o passado domingo em defesa de reivindicações salariais.

31 Sexta-feira



C. Lopes e Rosa Mota

Termina o ano sem que os governos de Portugal e Espanha hajam negociado um plano de pescas para 1983, bem como os acordos fronteiriços dos rios Minho e Guadiana; a grande responsabilidade do facto cabe ao Governo da «AD» que, no princípio de Dezembro, conduziu ao completo fracasso as negociações então havidas no nosso País com uma delegação espanhola. Os atletas portugueses Rosa Mota e Carlos Lopes vencem folgadoamente as respectivas provas da «corrida de S. Silvestre», realizada anualmente no Rio de Janeiro (Brasil) e disputada por uma multidão de categorizados atletas internacionais. Sete testemunhas de defesa, seis búlgaros e um italiano, confirmam que o cidadão búlgaro Serguey Antonov, detido pelas autoridades italianas sob acusação de «cumplicidade» no atentado ao Papa em Roma, se encontrava a trabalhar quando ocorreu o referido atentado; a acusação de Antonov tinha como «pista sólida» a sua alegada presença nas proximidades da Praça de S. Pedro, onde teria ido para «transportar» o autor dos disparos; este testemunho, divulgado por fontes oficiais italianas, deita por terra a cabala anti-búlgara e anti-socialista que se estava a procurar criar à volta deste «caso». O líder social-democrata da Finlândia, Kalevi Sorsa, apresenta novo governo ao Presidente da República, na sequência da queda do seu anterior Executivo provocada pela recusa dos comunistas, que integravam a coligação governamental, em aceitar o aumento do orçamento para a Defesa.

1 Sábado

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, lê perante a TV e a Rádio a sua habitual mensagem de Ano Novo. Agravava-se o conflito das pescas luso-espanholas; por um lado os pescadores portugueses estão impossibilitados de pescar em águas espanholas, por outro a Secretaria de Estado das Pescas solicita à Armada portuguesa que impeça qualquer faina espanhola em águas territoriais portuguesas a partir das zero horas de hoje; tudo porque não foi negociado a tempo, por inércia da «AD», um novo acordo, mesmo que limitado. Os cosmonautas soviéticos Anatoly Bereзовoi e Valentin Lebedev são condecorados com a medalha «Estrela de Ouro» pelo seu recente voo espacial de sete meses.

2 Domingo

A assembleia distrital de Setúbal do CDS propõe a criação imediata de condições para o regresso de Freitas do Amaral como «presidente incontestado do Partido». Os membros do Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas eleitos por listas unitárias apresentam uma proposta de aumento de 5 000\$00 para todos os bancários, a negociar desde já e com efeitos retroactivos a partir de Dezembro. O ministro soviético da Indústria do Petróleo e do Gás anuncia que o gasoduto euro-siberiano ficará concluído ainda durante este ano de 1983. Em entrevista hoje difundida pela TV, o presidente francês François Mitterand afirma que o seu governo subestimou a gravidade da crise económica quando chegou ao Poder, considerando embora que a França foi o país industrializado da área capitalista que melhor controlou as dificuldades.

3 Segunda-feira

O Governo «AD»/Balsemão, apesar de demitido, decide pesados aumentos em todos os combustíveis e na electricidade. Prossegue o desacerdo do seio dos partidos da «AD» e em particular no CDS acerca do futuro da coligação e da constituição de um novo governo liderado por Vítor Crespo. Na sessão de cumprimento do Corpo Diplomático acreditado em Luanda, o Presidente da RP de Angola, José Eduardo dos Santos, condena as manobras internacionais que visam a paralisação da OUA. Começam a funcionar 2500 dos 4000 novos sindicatos polacos, constituídos oficialmente na sequência da extinção do «Solidariedade».

4 Terça-feira

A Comissão Política do Comité Central do PCP considera «um revoltante escândalo» os aumentos brutais dos transportes, combustíveis, telefones e electricidade, decretados por um Governo demitido. O deputado Magalhães Mota, da ASDI, acusa o demitido Secretário de Estado da C. Social, José Al-fala, de desviar dinheiros públicos para a formação da agência «NP», podendo vir a ser considerado como responsável por crimes passíveis de prisão maior. Decorre em Praga o primeiro dia da cimeira do Pacto de Varsóvia. Na agenda, as «questões mais importantes da situação internacional, a luta pela salvaguarda da Paz, o prosseguimento do processo de desarmamento e o reforço da segurança».

Editorial

A PALAVRA AO POVO PORTUGUÊS!

A instrutiva lição do aparecimento, inchaço, putrefacção e previsível ruptura a curto prazo da Aliança reacçãoária como coligação governante e maioria parlamentar parece não ter sido ainda suficientemente apreendida por certos círculos dirigentes das forças democráticas que mostram não ter tirado até agora dos acontecimentos as necessárias conclusões políticas.

A teoria da «usura do Poder» para explicar a crise governativa actual e a iminente derrocada Interna da «AD» não é somente uma concepção perigosa e falsa de certos dirigentes democráticos de vistas curtas, designadamente dos dirigentes do PS (e não só) para classificar o fenómeno.

É também o acessório de uma outra falsa teoria que allmenta ilegítimos ambíções e que dá pelo nome de «alternância democrática».

Exactamente «alternância» e não «alternativa» — revezamento no Poder e não viragem de política.

Tais teóricos de balcão, que só entomam — parodiando o nosso conhecido «vira» — os dois primeiros versos da estrofe:

Ora agora gasta-te tu
Ora agora gasto-me eu
esquecem-se imprudentemente dos últimos dois versos da canção:

Ora agora gasta-te tu
Gasta-te tu... mais eu!

A estafada teoria da «usura do Poder», em que jogam os oportunistas da alternância dita «democrática», prolonga indefinidamente a crise; atrasa perigosamente as soluções políticas necessárias; deteriora numa escala inadmissível a situação nacional; é altamente lesiva dos interesses superiores do povo e do País.

É além disso, comprovadamente, para as insensatas ambições de Poder dos partidários do «quanto pior melhor», uma via de suicídio político a fogo lento.

E uma advertência lhes deve ser feita: mesmo lento é perigoso brincar com o fogo!

A «AD» gastou-se no Poder porque trouxe aos portugueses um dia-a-dia de permanente insegurança.

Agravou brutalmente as condições de vida do povo, em particular do povo trabalhador; intensificou a escalada dos preços e programou a queda dos salários reais com a consequente queda do poder de compra das massas.

Provocou a ruína económica e financeira e a instabilidade social; desorganizou a economia, envidou gravemente o País ao estrangeiro comprometendo o futuro das jovens gerações de portugueses.

A «AD» gastou-se no Poder porque tentou inverter o processo de Abril, destruir as conquistas da Revolução, reduzir a cinzas as liberdades tão duramente alcançadas; porque quis reduzir à irrisão direitos e liberdades elementares dos trabalhadores.

A «AD» empenhou-se numa corrida contra o tempo e contra a História para levar avanço o seu plano subversivo contra a democracia, para criar e consolidar uma nova base jurídica, política e militar a partir da qual arrancaria para uma nova ofensiva destruidora do Portugal de Abril.

Faltou-lhe, porém, o fôlego para chegar ao fim — a «AD» perdeu forças e perdeu a corrida.

Esbracça ainda numa desesperada luta de sobrevivência mas está irremediavelmente perdida.

A «AD» gastou-se finalmente no Poder porque contra a sua política antinacional o Povo português se ergueu em poderosas lutas de massas, porque a vontade popular de correr com a «AD» do Poder se manifestou de maneira inequívoca, esmagadora e vasta e teve à sua expressão política mais concluyente na estrondosa derrota da coligação reacçãoária governante nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro.

Esta é a história da «usura do Poder» da «AD» como tem sido a dos governos que a antecederam desde 1976, quan-

do, ao invés da Constituição, puseram em marcha a contra-revolução legislativa.

Será bom que não esqueçam esta instrutiva lição os partidários da alternância dita «democrática», os oportunistas do «quanto pior melhor» que assistem irresponsavelmente ao apodrecimento da «AD», do Poder e do próprio País e esperam um ilusório «timing» para substituírem os Balsemões e os Freitas do Amaral na Gomes Telxela e retomarem à sua maneira os caminhos de destruição de Abril e da sua própria destruição.

Os aspectos surrealistas desta crise governativa e da agonia da «AD» como coligação governante exigem de maneira imperiosa não «um tratamento» de paninhos quentes mas um tratamento de choque; não arranjos de gabinete mas o bisturi institucional.

A falência política da «AD» e a extrema gravidade da crise que gerou atingiram tal amplitude que os chefes mais destacados e comprometidos no processo não querem continuar no barco até ao fim do naufrágio, e desertam.

O espectáculo das «demissões» e do vai-e-vem dos barões do PSD e do CDS seria de um extremo ridículo se não fosse um retrato moral dos que, ilegítimamente, ainda detêm a maioria parlamentar.

A derrota eleitoral de 12 de Dezembro, pela sua conclusão expressiva política, transformou visivelmente os projectos imediatos da Aliança reacçãoária.

A derrota estava nas suas previsões mas como coisa remota. Mesmo assim, prevendo-a, os governantes tinham encarado a demissão no caso de se verificarem as três condições seguintes:

Uma votação global inferior a 44% (e obteve apenas 42%); a perda da maioria absoluta em Lisboa ou no Porto (e perdeu em ambas as cidades); a perda de mais de 15 presidecias de câmaras municipais (e perdeu 26).

Mas ante a evidência dos resultados, o pânico de perder o Governo e a maioria parlamentar em eleições antecipadas apoucou-se dos chefes da «AD» que tentam agora agarrar-se como lapas ao Poder.

Sabe-se que o Governo Balsemão/Freitas do Amaral tinha reservado como «broas» do Natal e Ano Novo para o Povo português, novos agravamentos das suas condições de vida, novos atentados contra as conquistas de Abril.

Um OGE de ruína, aligerado no agravamento da carga financeira sobre as camadas populares economicamente mais débeis;

Uma grande operação de purga nas chefias militares, de acordo com a celerada «Lei de Defesa» de Freitas e Jaime Gama;

Uma nova investida da estafada lei de «delimitação dos sectores» com o corolário de um novo Estatuto da Empresa Pública que levariam à destruição das nacionalizações;

Uma nova lei de destruição da Reforma Agrária e outra do arrendamento rural a favor dos senhorios ricos;

Um novo «pacote laboral» visceralmente antiopeário, e, como medida imediata,

Uma nova e brutal subida dos preços.

A falhada indignação do novíssimo «professor de Coimbra», Mota Pinto — o «homem forte» para um «Governo forte» — e a solução Vítor (Pereira) Crespo, que está a provocar novas e profundas dissensões na desconjunta «AD», viviam e vivem levar por diante, nas novas condições criadas pela derrota eleitoral de 12 de Dezembro e pela demissão do Governo Balsemão/Freitas, como solução de continuidade, este acervo de medidas fortemente impopulares.

Vítor Crespo seria assim nos planos da «AD» — e poderá vir a ser se a «AD» não for corrida do Poder — um agente suficientemente manobrável como político e queimado como estadista para tirar do lume estas castanhas quentes.

A «AD» que durante três anos se «desgastara» do Governo em condições institucionais adversas aos seus planos, na perspectiva de perder o Governo e a maioria parlamentar

trabalha para legar ao capital financeiro e aos latifundiários uma nova base jurídica e institucional, uma nova arrumação do sistema de Poder que lhes permitia refazer as velhas posições económicas e sociais perdidas em 25 de Abril. É um projecto sinistoso que é necessário travar.

A dissolução imediata da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão isento que assegure a democraticidade de eleições antecipadas a convocar nos prazos constitucionais são a única resposta democrática às tentativas de sobrevivência da Aliança reacçãoária como força de Governo e maioria parlamentar e a única forma imediata de pôr um travão à sua política de desastre nacional.

«É a única solução democrática para a crise» — diz a Comissão Política do CC do PCP.

O Governo demissionário de Balsemão/Freitas do Amaral, na ausência do substituto que leve à prática as medidas antipopulares previstas e programadas pela «AD» para o período subsequente às eleições tentará até ao último dia, e já está a impô-las, medidas de fundo que manifestamente exorbitam o seu estatuto de governo de gestão.

O brutal aumento de antontem dos preços dos combustíveis e da energia (esta de 22%) e a cinica fundamentação que o Governo lhes dá; o aumento dos transportes públicos, dos telefones, dos táxis, dos passes sociais — que afectam particularmente a população trabalhadora — a subida a partir de 1 de Janeiro de 15% nos prémios dos seguros e a elevação para breve da taxa de juro, já numa alta excepcional, são aumentos que põem a nu a hipocrisia dos «cálculos» do ministro Saigueiro quanto à política financeira do Governo e à taxa de inflação para 1983 e certamente irão provocar uma nova escalada dos preços e um novo agravamento geral do custo de vida. Tudo isso é uma amostra do que teremos a esperar de qualquer governo da «AD» se não for urgentemente corrido das cadeiras do Poder.

As questões da alternativa à «AD» (e não da alternância dita «democrática») e de uma viragem de política (e não de um simples revezamento de governo), são questões centrais imediatas do momento português que vivemos que se impõem às forças democráticas e aos órgãos de soberania vinculados à defesa dos interesses nacionais e da democracia.

Só uma nova consulta eleitoral em condições de plena democraticidade pode fornecer a base política e social para uma alternativa à «AD». A correlação de forças é abertamente favorável à democracia (as eleições de 12 de Dezembro são uma indicação palpável e clara desta nova arrumação de forças) mas também elas mostram que nas condições actuais e a médio prazo nenhuma força democrática isolada está em situação de fornecer o necessário apoio político maioritário, suficientemente representativo para a formação de um Governo capaz de abrir caminho à solução da crise na linha dos interesses do povo e do País.

As forças para uma alternativa à «AD» existem e novas eleições antecipadas lhes darão sem dúvida contorno definido. Comunistas, socialistas, democratas de todas as tendências, todos os portugueses interessados no progresso social e na recuperação económica do País, necessitam dialogar sem preconceitos hegemónicos ou de seita na busca das vias para arrancar Portugal da crise em que o mergulhou a «AD», na definição de uma nova política que o futuro e a Independência da nossa Pátria coloquem em força.

É nessa perspectiva que deve ser posto em imediato o canro da «AD», que deve dissolver-se a Assembleia da República, marcar novas eleições, formar um Governo de gestão idóneo.

Assim o exige a vontade do Povo português.

PCP

Nota da Comissão Política

Ao ser conhecida a renúncia de Freitas do Amaral ao cargo de presidente do CDS, a Comissão Política do Partido Comunista Português tornou pública a seguinte nota, no passado dia 30:

1. Na sequência da demissão do Governo Balsemão a renúncia de Freitas do Amaral ao cargo de presidente do CDS e os mais recentes desenvolvimentos da situação política confirmam e aprofundam a crise da AD e dos partidos da AD e constituem uma nova manifestação de que a AD deixou de ter quaisquer condições para continuar a governar o País.

2. A renúncia de Freitas do Amaral é, em si mesma, o reconhecimento da derrota do plano subversivo e golpista da AD contra o regime democrático.

O ex-presidente do CDS que se tinha empenhado pessoalmente na concepção e execução desse plano golpista (designadamente na revisão da Constituição, na elaboração da Lei de Defesa Nacional e de todo o projecto de governamentalização e instrumentalização das Forças Armadas) surge assim como grande derrotado ao ser sustido este plano, particularmente no que respeita às chefias militares.

3. Os factos confirmam que, como o PCP tem sublinhado, a derrota e crise da AD não é apenas nem fundamentalmente a derrota de algum ou alguns dirigentes da AD, deste ou daquele partido da AD, é uma derrota de toda a AD, do PSD e do CDS, é a derrota da política antipopular, antidemocrática e antinacional conduzida pela AD, pelos seus governos e pela sua maioria parlamentar.

4. Trata-se do resultado directo da grandiosa luta da classe operária e das massas populares, da estrondosa derrota da AD e da vitória da democracia nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro, do funcionamento das instituições democráticas, da falência completa da política da AD que provocou o agravamento acelerado das condições de vida do povo e a agudização de todos os problemas nacionais.

São ainda estas causas que estão fundamentalmente na origem do processo de desagregação da AD, dos confrontamentos entre os partidos que a constituem e do espectáculo dos conflitos, choques, ambições e intrigas que os partidos da AD e os seus dirigentes estão exibindo perante o País.

5. O aprofundamento da crise demonstra não apenas que a AD perdeu toda e qualquer legitimidade e representatividade para governar e que a sua permanência no Governo só conduziria ao avolumar do desastre nacional que a sua política provocou, como também que a AD mostra-se completamente incapaz de assegurar a gestão dos negócios correntes do Estado e, ainda menos, a preparação e a realização, em condições democráticas, das eleições antecipadas.

A evolução da situação confirma plenamente que a única saída democrática para a presente crise política e governamental consiste na dissolução da Assembleia da República, na formação de um Governo de gestão isento e na convocação de eleições legislativas antecipadas no prazo constitucional de 90 dias.

6. Estão criadas as condições para uma viragem democrática na vida política nacional.

A crise do governo e da AD constituem uma grande vitória das forças democráticas.

O mérito desta vitória cabe principalmente à luta corajosa e persistente da classe operária, das massas populares e dos democratas, atestando uma vez mais que se seguiu o caminho certo e que valeu e vale a pena lutar.

Provou-se uma vez mais que as forças da democracia são mais poderosas e que, se unidas, podem assegurar a derrota definitiva das forças da reacção, viabilizar uma alternativa, garantir a consolidação do regime democrático, o progresso do País e o bem-estar do nosso povo, com a plena realização dos ideais e esperanças do 25 de Abril.

7. Com os trabalhadores, os democratas, o povo de Portugal, o PCP continuará consequentemente a luta para que estes objectivos sejam inteiramente alcançados.

Saudação do CC do PCP ao Congresso da COPT da Etiópia

Por ocasião da realização do segundo congresso da Comissão para a Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou aos camaradas etíopes a saudação que a seguir transcrevemos:

Ao Comité Central da COPTe

Queridos Camaradas, No momento em que a COPTe realiza o seu segundo congresso desejamos expressar-vos e, por vosso intermédio, a todos os militantes da COPTe e ao povo etíope, os sentimentos de profunda amizade e solidariedade dos comunistas portugueses, de-

sejando ao mesmo tempo os maiores êxitos para os seus trabalhos, no caminho da edificação do partido revolucionário de vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras da Etiópia Socialista.

O desenvolvimento do processo revolucionário etíope, e os grandes êxitos já alcançados pelo povo da Etiópia na edificação de uma nova sociedade orientada para o socialismo, são motivo de profunda alegria e satisfação para o nosso partido e são um forte estímulo para a nossa própria luta em defesa das conquistas da revolução do 25 de Abril de 1974.

Reafirmando a solidariedade activa do PCP para com o COPTe e o povo etíope, na sua acção em prol do progresso social e para defender a soberania e integridade territorial da sua pátria contra o imperialismo e os seus instrumentos na região, exprimimos a nossa vontade de continuar a trabalhar para fortalecer

as relações de amizade e solidariedade que unem o PCP e a COPTe, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse de ambos os povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

Viva o segundo congresso da COPTe!

Viva a amizade e a solidariedade entre o PCP e a COPTe!

Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do PCP

Saudação do CC do PCP ao Partido Comunista da Argentina

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou, por ocasião do 65.º aniversário do Partido Comunista da Argentina, ao Comité Central deste partido, a seguinte saudação:

Ao Comité Central do Partido Comunista da Argentina

Queridos Camaradas Por ocasião do 65.º Aniversário da fundação do Partido Comunista da Argentina, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o Comité Central do Partido Comunista da Argentina e, por seu intermédio, todos os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador argentino.

Ao longo dos 65 anos da sua actividade, o Partido Comunista da Argentina defendendo tenazmente os interesses da classe operária e dos trabalhadores da Argentina, lutando pela liberdade, a democracia, a paz e o progresso social, enfrentando muitas vezes a violência da repressão reacçãoária e a dureza da clandestinidade, grangeou assinalável apoio entre as

massas populares e justificada influência nacional.

Como resultado da falência da política repressiva antipopular da ditadura militar e da resistência das forças democráticas desenvolve-se hoje na Argentina uma grande movimentação política contra a ditadura, na qual o movimento operário tem desempenhado um papel determinante.

O PCP é solidário com a luta dos comunistas argentinos, pela libertação dos presos políticos argentinos, pelo esclarecimento da situação dos desaparecidos, pela unidade da classe operária, pelas liberdades democráticas e pela defesa da paz.

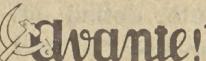
Desejando-vos os maiores sucessos na vossa acção, o PCP manifesta-vos a sua vontade de continuar a actuar para que se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os nossos dois partidos na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

VIVA O 65.º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA DA ARGENTINA!

VIVA A AMIZADE ENTRE O PCP E O PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO!

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

O Comité Central do PCP



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Serrão Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Serrão Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDP, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82 Tiragem do mês de Dezembro: 47 460

Assembleia da República

Zita Seabra na Assembleia: os dois perfis de Vítor Crespo

● O PS não fez a anunciada declaração política...

No período de antes da Ordem do Dia da primeira sessão plenária da Assembleia da República neste novo ano de 1983, aguardava-se a declaração política por parte do Partido Socialista que significativamente acabou por não a fazer. Em contrapartida, a declaração política do PPM, igualmente retirada, não aqueceu nem arrefeceu a expectativa de outros grupos parlamentares, nem tão pouco da parte da imprensa.

Pela bancada do Partido Comunista Português falou a deputada Zita Seabra. Referindo-se à situação política vigente, ao corripio de demissões, em resumo ao que se passa no interior da «AD» e por sua vez no interior dos dois principais partidos que integram a coligação, a deputada comunista dizia:

O Primeiro-Ministro Pinto Balsemão anuncia ao País que se demite porque ganhou as eleições e sal porque cumpriu o programa de governação da AD! Vai dedicar-se à vida partidária, que bem precisa. O vice-Primeiro-Ministro Freitas do Amaral demittiu-se porque a AD já não é a AD! Vai dedicar-se à vida académica, que bem precisa. E bem antes disso já o ministro dos Assuntos Parlamentares se demittira para se dedicar, parece, à vida jornalística! As pessoas já perguntam, todos os dias de manhã quando abrem a rádio: «Vamos ver quem se demittiu hoje...». Só que, ouvindo as declarações que algumas das chefias da AD ainda em exercício vão fazendo por aí, dir-se-ia que o País não tem nada que estar preocupado, que a AD está «de boa saúde» ou só «engripada» ou só em coma, ou apenas morta, tudo coisas de pouca monta. E há evidentemente até quem ponha um ar sério e lance a interrogação: «crise na AD? Qual crise?! Calúnias do inimigo!»

O CDS está unido, coeso e forte embora com uma Comissão Administrativa a gerir o Grupo Parlamentar e uma Comissão de Gestão a administrar o partido.

Também Thatcher foi ministro da Educação...

Prosseguiu, abordando a figura do Primeiro-Ministro indigitado, e de perfil reforçado com o «sim» do PPM recente-

mente expresso. Falando desta figura social-democrata, ex-ministro da Educação, esperando em passar a ser ex-deputado e possivelmente na eventualidade de se transformar em ex-Primeiro-Ministro indigitado, Zita Seabra traçar-lhe-ia o perfil:

O candidato do PSD a primeiro-ministro já fala como se chefiasse um governo. Assegura que está a escrever o programa e que ministros já lhe sobram... Mais! Um homem que há meses atrás saiu do Governo contestado pelas organizações de juventude de todos os partidos, incluindo do PSD e do CDS (inventou o 12.º ano), que apresentou propostas de lei que nem os deputados da AD apoiaram (duas propostas de lei de bases do sistema educativo), que conseguiu ter contra si toda a universalidade em uníssono (autonomia universitária), que se recusou determinadamente a dialogar com os professores, que saiu zangado com todos os membros do seu ministério (inclusive os secretários de Estado, a quem chegou a só falar por bilhetes), um homem que conseguiu congregar contra si tudo e todos, sair só e não deixar saudades, aparece agora na comunicação social da AD subitamente retratado como um enorme estadista, uma grande personalidade de consenso, de convergência — a salvação!

Posto perante este quadro, sem a mínima noção do que diz, reponta em bicos de pés o Primeiro-Ministro do PSD que também a senhora Thatcher foi ministro da Educação e hoje é o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha! Mas, pior ainda. O senhor deputado Crespo comporta-se como se Primeiro-Ministro já fosse e estivesse indigitado ou nomeado pelo Senhor Presidente da República, quando afinal foi apenas escolhido pelo Primeiro-Ministro demissionário... E comporta-se como se não estivesse a rolar cabeças, não acabassem de sofrer uma derrota nas eleições! Joga o jogo do faz-de-conta como se o País acreditasse em histórias de faz-de-conta e fosse todos uns milhões de Extra-Terrestres!

Eleições mas com honestidade

Salientando, mais adiante, que este ano de 1983 começa

sob o signo da esperança e da preocupação — no primeiro caso porque a «AD» caiu e caminhamos para eleições gerais antecipadas, e no segundo porque o Governo da direita ao fim de três anos deixa o País num caos — Zita Seabra acrescentaria:

Ao contrário do que pretende inculcar a propaganda da direita, tal como a derrota eleitoral não foi a derrota deste ou daquele partido da AD, deste ou daquele chefe, também a crise em que a coligação governamental se afunda é a crise de toda a AD, do que resta dela.

Os homens estão realmente em causa, como se demonstrou atrás. Mas a crise é sobretudo a crise de uma política: a política da AD. Uma política que fracassou e fracassou ao governar contra os trabalhadores, contra o 25 de Abril, ao tentar fazer-nos regressar ao passado.

A demissão de Balsemão e do Governo AD constitui o reconhecimento desse fracasso. Tal como a demissão de Freitas do Amaral testemunha a derrota do plano subversivo da AD, desenvolvido de modo especial em torno das chefias militares, em que o ex-presidente do CDS se empenhou pessoalmente.

Da gravidade desta situação e do perigo das suas consequências, de há muito que nós, comunistas, tínhamos dado conta e insistente e vivamente vínhamos apontando os caminhos de uma alternativa.

A terminar, falou da urgência da dissolução da AR e de se realizarem eleições gerais antecipadas, frisando:

Mas para que estas sejam verdadeiramente democráticas têm de ser realizadas por um governo de gestão isento, que dê garantias de seriedade democrática. Na verdade, como realizar um acto eleitoral com garantias de seriedade e autenticidade, mantendo à frente de pastas fundamentais homens como o sr. Ângelo Correia com sobejas provas dadas em matéria de prepotência, abuso de poder e mentiras e uma total falta de escrúpulos? E que significaria manter o sr. Alfaia ou similares à frente da pasta de comunicação social senão que caminharíamos para um novo acto eleitoral com o fundamental da comunicação social manipulada, ao serviço da AD e da batota

eleitoral?! Não pode suscitar a mínima confiança gente que chega ao ponto de violar os cadernos eleitorais, como a AD fez em Ourique, para depois de derrotados nas urnas, poderem tentar numa segunda volta ganhar pela vigarice...

Mesmo agonizante não é inofensiva

Também para uma declaração política falou a deputado do MDP/CDE, Mário Casquilho, que a dada altura alertou:

AD agonizante não é AD inofensiva.

A agonia da AD, a prolongar-se, será a intensificação do desassossego e da insegurança, porque a AD é a instabilidade levada ao nível institucional.

Mas a agonia da AD, a prolongar-se, será também a última oportunidade de convergência, a curto prazo, dos ataques ao sector social da economia, às liberdades públicas e sindicais.

Será a persistência de uma política serventária dos sectores especulativos da economia, dos centros de decisão obscuros da economia clandestina, da corrupção, da evasão de capitais, de compadrio, da incompetência e da impunidade.

Será o agravamento inapreciável das condições de vida das camadas trabalhadoras e das camadas médias da população, o sacrifício acelerado dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

Falou por último, no período de antes da Ordem do Dia, o deputado Fernando Condoso, do PSD, que aproveitou para dizer que a «AD» vai bem, como se houvesse pessoas capazes de afirmarem o contrário, ao mesmo tempo que fazia um apelo indirecto ao CDS para uma maior colaboração.

Se encontrou eco não se sabe, tanto mais que na altura a bancada da extrema-direita estava despoada, como aliás se tinha mantido desde o início da sessão.

Após um intervalo prolongado devido ao pedido de adiamento de meia-hora pelo CDS, o plenário passou então a discutir o projecto de lei sobre a promoção de oficiais das Forças Armadas ao posto imediato por distinção por serviços prestados à democracia e à Pátria e a que fazemos referência noutra local.

Dia 18 na AR

Aumento das rendas comerciais discutido por proposta do PCP

A liberalização das rendas comerciais decretada pelo Governo «AD» vai ser objecto de ratificação na Assembleia da República, no próximo dia 18 de Janeiro, por proposta do Grupo Parlamentar do PCP.

Esta liberalização, que permite aumentos escandalosos das rendas comerciais, causou profundo descontentamento entre a maior parte dos comerciantes que, lutando contra a diminuição do poder de compra das populações, viam deste modo agravar-se a sua já precária situação económica.

Transcrevemos a seguir o comunicado do Grupo Parlamentar do PCP no qual se faz referência ao pedido de ratificação dos decretos-lei que autorizam os referidos aumentos.

No uso dos seus direitos constitucionais e regimentais, o Grupo Parlamentar do PCP acaba de reservar a reunião plenária da Assembleia da República do próximo dia 18 de Janeiro, para a discussão da ratificação dos Decretos-Leis n.º 330/81, de 4 de Dezembro e 392/82, de 18 de Setembro, que liberalizaram as rendas comerciais, atingindo não só as actividades com fins lucrativos, mas igualmente as colectividades populares.

Recorde-se que os Decretos-Leis cuja ratificação foi agendada pelo PCP, em Conferência de Presidentes realizada em S. Bento, estabeleceram o regime de alteração anual das rendas não habitacionais,

e criaram o famigerado sistema de avaliações fiscais extraordinárias (cuja aplicação prática forneceu já exemplos concretos de aumentos de rendas da ordem dos 2000%), que permite a duplicação das rendas logo no ano de reavaliação e os aumentos anuais seguintes a uma taxa dupla da de inflação. Os diplomas têm sido objecto do mais vivo repúdio pelas organizações representativas dos atingidos e originado a um amplo debate a nível nacional, que deverá encontrar expressão nas discussões e debates que terão lugar no próximo dia 18 na Assembleia da República.

Ao fazer uso dos seus direitos, o Grupo Parlamentar do PCP pretende colocar a Assembleia da República perante a necessidade de rever as medidas governamentais de liberalização das rendas não-habitacionais, suspendendo de imediato a sua aplicação e evitando a criação de situações de facto lesivas dos interesses dos pequenos empresários e das colectividades populares. O PCP propõe simultaneamente que a Assembleia da República promova a audição pública de todos os interessados com vista à futura e atempada definição de um regime justo.

Extinção da ANOP pode dar origem a oito anos de prisão para Alfaia

O plenário da Assembleia da República voltou a reunir-se no passado dia 4, depois de um interregno de duas semanas.

A primeira intervenção proferida coube ao deputado Magalhães Mota, da ASDI, que focou o caso da Anop e da sua pretendida extinção.

Para além de tudo o que é conhecido e denunciado no campo da ilegalidade por parte do Governo «AD» para levar a cabo este seu objectivo — destruir a Anop em favor de uma agência recentemente criada com todos os apoios estatais — a intervenção do deputado em causa levantou um outro aspecto da questão — a responsabilidade penal dos membros ou de um membro do Governo pelos actos praticados no exercício das suas funções.

Após um intervalo prolongado devido ao pedido de adiamento de meia-hora pelo CDS, o plenário passou então a discutir o projecto de lei sobre a promoção de oficiais das Forças Armadas ao posto imediato por distinção por serviços prestados à democracia e à Pátria e a que fazemos referência noutra local.

Na sua intervenção, o deputado explicita a validade da Lei invocada e ainda o que parece indicar a prática de crimes de responsabilidade, naturalmente abrangidos pela mesma.

E começa por afirmar: São pacíficas a doutrina e a jurisprudência da nossa Comissão Constitucional no entendimento de que vigoram na ordem jurídica portuguesa as normas anteriores à Constituição de 1976 que a não contrariam ou aos princípios nela consignados (art.º 293.º da Constituição da República).

Entendimento similar aliás era tido em relação à Constituição de 1933. Por isso, no âmbito da Constituição de 1933, se entendeu a plena vigência da Lei n.º 266 do Congresso da República, publicada em 27 de Julho de 1914, como tal, incluída na colectânea de leis complementares da Constituição publicada pelos drs. Rui Machete e Jorge Miranda.

Por isso, e de igual modo, não foi nunca contestada a plena vigência

dessa Lei no âmbito da Constituição de 1976.

Trata ela, como se diz no seu artigo 1.º de «definir o carácter e a extensão da responsabilidade penal dos membros do Poder Executivo e seus agentes, pelos actos praticados no exercício das suas funções e a estabelecer os meios de tornar efectiva essa responsabilidade».

Contra encargos sem autorização

Entendemos que a actuação do secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Dr. José Alfaia Pinto Pereira, no chamado «caso ANOP» parece indicar a prática de crimes de responsabilidade.

Contra a guarda e o emprego constitucional dos dinheiros públicos, nos termos do n.º 5 do art.º 12.º da Lei n.º 226, isto é, uma vez que houve no «caso ANOP» ordenamento de receita ou despesa e suas liquidações em contravenção da Lei e respectivos regulamentos, ainda que não haja intenção criminosa» na precisa fórmula do preceito citado. Tal será o caso dos «pagamentos mandados fazer ou efectuados com dinheiros públicos a favor da nova empresa Notícias de Portugal».

Nos termos ainda do n.º 6 do citado artigo 12.º que contempla «as concessões feitas e os contratos realizados sem as formalidades legais, independentemente de intenção malefícia», o que voltará a ser o caso do contrato celebrado com a Notícias de Portugal.

Ainda, entendemos que a actuação do mesmo secretário de Estado, poder-se-á constituir crime contra as leis orçamentais, previsto e punido pelo art.º 13.º da Lei n.º 266,

nomeadamente os seus n.º 1.º «contrair encargos para o Estado, sob qualquer pretexto ou fundamento, sem autorização expressa na lei orçamental ou noutras leis vigentes» e 3.º «aplicar em fins diversos as verbas orçamentais, excedendo-lhes o limite ou alterando-lhes a designação».

Fundamentam este entendimento, os factos comprovados no debate parlamentar realizado em 4 de Novembro de 1982 (Diário da Assembleia da República, n.º 8, 1.ª série, de 5 de Novembro de 1982) — interpeleção ao Governo pelo Grupo Parlamentar da UEDS sobre política geral, centrado na política de informação e comunicação social e das medidas já anunciadas ou já tomadas em relação à Anop, EP.

O subsídio à Anop foi para a NP

Nesse debate é nosso entendimento que se provou o desrespeito pelo valor fundamental do Estado de Direito que é o não praticar uma política de factos consumados sem que os órgãos constitucionais competentes tenham emitido a última palavra; provou-se que a actuação do secretário de Estado, violou o programa do Governo de acordo com o qual este se tinha comprometido (pág. 3274 do Diário n.º 101, 1.ª série, da Assembleia da República) a favorecer «o alargamento do espaço noticioso da ANOP» e a «reorganizar a ANOP» (págs. 3275, loc. cit.); provou-se que o subsídio à Anop orçamentalmente previsto e garantido pela resolução do Conselho de Ministros de 25 de Maio de 1982 foi canalizado para outra empresa, sem concurso público, e prolongado pelos anos de 1983 e 1984, sem que se trate de um programa de investimentos com vigência plurianual (art.º 15.º da Lei n.º 64/77), isto é, antes de votado o Orçamento do Estado para aqueles anos, assim se violando a regra constitucional de anualmente

nomeadamente os seus n.º 1.º «contrair encargos para o Estado, sob qualquer pretexto ou fundamento, sem autorização expressa na lei orçamental ou noutras leis vigentes» e 3.º «aplicar em fins diversos as verbas orçamentais, excedendo-lhes o limite ou alterando-lhes a designação».

Fundamentam este entendimento, os factos comprovados no debate parlamentar realizado em 4 de Novembro de 1982 (Diário da Assembleia da República, n.º 8, 1.ª série, de 5 de Novembro de 1982) — interpeleção ao Governo pelo Grupo Parlamentar da UEDS sobre política geral, centrado na política de informação e comunicação social e das medidas já anunciadas ou já tomadas em relação à Anop, EP.

No debate que se seguiu intervieram, da bancada do PCP, os deputados Jorge Lemos, Zita Seabra e Veiga de Oliveira que manifestaram o seu apoio e pediram alguns esclarecimentos referentes ao processo em curso.

«A única voz que se levantou numa defesa débil do secretário de Estado Alfaia foi a do deputado social-democrata Silva Marques que como sempre «vai a todas».

Defendeu este orador que a Assembleia da República não se podia transformar num tribunal e que quem tem provas de crime deve apresentá-las. Acrescentou ainda, parafraseando Veiga de Oliveira, que «se não se é governante impunemente também não se é deputado impunemente».

Replicando, o deputado comunista diria, dirigindo-se a Silva Marques: «Esteja o sr. deputado descansado que a legislação invocada não se aplica ao director do «Povo Livre».

E Silva Marques, deputado do PSD, e director do semanário do mesmo partido, não mostrou mais preocupação pelo assunto.

Estará nas mesmas circunstâncias o agora demittido, mas ainda em funções, secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro para a Comunicação Social?

PPD, CDS e PPM em sintonia

Homenagear os militares de Abril — nem pensar!

Os partidos da direita rejeitaram na passada terça-feira um projecto de lei apresentado pelo PS, ASDI e UEDS e que previa a promoção de oficiais das Forças Armadas ao posto imediatamente superior por distinção por serviços prestados à democracia e à Pátria.

Daria início ao debate, na generalidade, o deputado socialista Salgado Zenha que no seu discurso frisou o facto de a Assembleia da República ter competência para aprovar o referido projecto de lei em virtude da revisão constitucional, que lhe confere competência para legislar sobre todas as matérias, acrescentando:

Repare-se que a lata formulação deste preceito deriva do facto de ter sido extinto o Conselho da Revolução, que era o órgão legislativo em matéria militar, matéria sobre a qual era portanto vedado à Assembleia da República legislar.

Salientando depois que extinto o CR a AR adquiriu plena competência legislativa e que a circunstância de ter sido aprovada posteriormente a Lei da Defesa Nacional não significa que a Constituição foi revogada nessa matéria, acrescentou:

É óbvio que a capacidade legislativa desta Assembleia não foi reduzida e esta poderá sempre exercer-se, efectuando nomeadamente promoções militares por via legislativa, embora só o deva fazer neste domínio em circunstâncias excepcionais, que neste caso se verificam totalmente. Homenagear o 25 de

Abril, justamente no momento em que a Assembleia da República adquiriu a possibilidade de o fazer, é um imperativo patriótico, democrático e ético. Mau será para a democracia que ela não seja exercida por quem nela se não reconhece...

De resto, as promoções propostas são tão insignificantes, pois na maioria dos casos serão alcançadas pelo decurso automático de tempo dentro de breve prazo, que o seu significado é eminentemente simbólico.

Mas é justamente nesse simbolismo que reside a essência do presente debate acerca da generalidade do nosso projecto de lei.

Frisando mais uma vez que não se tratava de uma homenagem às pessoas em si mesmas mas ao movimento que elas simbolizam e historicamente encarnam, Salgado Zenha recordou que há quem não perdoe aos militares do 25 de Abril o terem-no feito.

«Tão afortunados são...»

O deputado comunista Lino Lima fala para afirmar que o PCP se associava

ao acto de reconhecimento político que este projecto de lei representa.

E destacou, mais adiante: E se há, porventura, pessoas que não sentem no seu coração, neste dia, a justiça desta homenagem porque são tão afortunados são... — se sentam agora nesta Assembleia da República mas aqui estaríamos igualmente sentados se o 25 de Abril não tivesse posto fim à Assembleia Nacional, aqueles outros, para quem a sinceridade e a coerência política são valores inestimáveis, terão de se levantar para afirmar, mesmo só através do simbolismo que perpassa neste projecto de lei, que os militares de Abril bem mereceram a Pátria porque contribuíram decisivamente para a redimir.

A terminar, o deputado Lino Lima faria alguns reparos ao projecto de lei em discussão, afirmando:

Muitos outros haverá que merecem igual gratidão do Povo português. E, por isso mesmo, pomos sérias reservas ao artigo 2.º do projecto, que não assenta num critério objectivo. Não são os militares que nele são identificados que nos merecem reserva para o galardão. Simplesmente nos interrogamos sobre porque haverão de ser só esses? Por que não outros mais? O critério subjectivo que presidiu a tal preceito deve ser substituído. Entendemos que, na especiali-

dade, se terá de encontrar um critério objectivo que permita galardão da mesma forma outros militares para além dos últimos membros do Conselho da Revolução.

... mas não perdoaram

Mas a discussão na especialidade não virá a realizar-se no que diz respeito a este projecto de lei. A direita em bloco votou contra.

Sousa Tavares, do PSD, tentou tornar a questão para justificar o voto contrário do seu partido. Até afirmou que «linha roda-livre» para fazer as homenagens que fossem necessárias, mas quando lhe propuseram que apresentasse propostas alternativas ou mesmo um novo projecto de lei, a «roda-livre» parou... e o PSD votou contra.

Foi João Morgado, o deputado do CDS que ficou célebre pelas suas concepções sobre o acto sexual, quem leu a intenção de voto do seu partido. Riçada generalizada do hemiciclo quando pediu a palavra.

Foi modesto e disse que o CDS também votava contra.

A UDP absteve-se. Os votos favoráveis do PCP, PS, MDP/CDE, UEDS e ASDI não foram suficientes para fazer virar o projecto de lei. E a interpeleção ficou a pairar: não ter sido esta votação também uma forma de homenagem aos que em 25 de Abril derrubaram o fascismo?



Um livro de grande riqueza humana, de um profundo sentido político e literariamente perfeito.

QUANDO O HOMEM DÁ O MELHOR DE SI PRÓPRIO
Sem tréguas
Giovanni Pesce

A história empolgante e comovente da resistência ao ocupante nazi no Norte de Itália.
Contada por um resistente da primeira hora - um comunista combatente que evoca também episódios dramáticos da guerra de Espanha.

edições Avante!

Colectão «RESISTÊNCIA»

Ensino

Começou o 2.º período

Reabrem as escolas voltam os problemas

● Graves deficiências na colocação de pessoal de apoio

Numa breve «ronda» que a reportagem do «Avante!» efectuou pelas principais escolas preparatórias e secundárias da Grande Lisboa, recolhemos alguns elementos informativos (aliás, comuns a outras zonas do País) que confirmam e caracterizam a grave situação em que está a viver a rede escolar do Preparatório e Secundário,

se mesmo alguns casos em que este problema pode conduzir a gravíssimas irregularidades no funcionamento das unidades escolares.

Trata-se duma «gaffe» do Ministério da Educação que não dá qualquer base de argumentação aos responsáveis do ME. As escolas fizeram os seus pedidos a tempo e horas.

dre de Deus, em Lisboa, perguntava num documento:

«Como se admite que o Ministério não olhe para a carência afilida de pessoal de apoio nas escolas do País, obrigadas a fechar pela falta de condições mínimas de funcionamento e segurança? Será porque o ensino é um sector não produtivo? Ou o é a longo prazo, podendo por isso descurar-se a formação de cidadãos e trabalhadores deste País?».

Depois de manifestar a sua surpresa pela «facilidade de abertura de concurso para a admissão de pessoal de apoio em certas escolas» e a frontal recusa noutras (a maioria, acrescentamos nós), o Conselho Pedagógico da António Verney interroga se «é falta de dinheiro ou má gestão?».

Sobre os assaltos às escolas, que originam a delapidação dos seus equipamentos e a degradação das instalações, questão que os Conselhos Directivos têm levantado junto do Ministério, o CP da Escola António Verney, estabelecimento com cerca de 1200 alunos, embora tivesse sido projectada para receber no máximo 800 crianças, pergunta:

«Que comentário, que atitude se deve tomar perante o facto de só ao fim de dezenas de assaltos e dinheiro perdido o Ministério se ter decidido a consentir na colocação de guardas?».

Voltando ainda à falta de pessoal de apoio, devem ser referidos os graves problemas

causados à Escola Preparatória de Malra e à Escola Secundária Afonso Domingues, para já não falar dos atrasos das obras em diversas unidades escolares, como sucedeu na Escola Preparatória João Lúcio de Azevedo, em Pampilheira (Cascais), ou no anexo da Escola Preparatória Gaspar Correia (Urbanização da Portela de Sacavém), que só agora (no 2.º período) vai começar as aulas.

Os órgãos representativos das escolas têm também aler-

das aulas salientando-se, a propósito, os problemas que estão a afectar os estágios de profissionalização em exercício, onde os destacamentos continuam, após o 1.º período escolar, como sucede, por exemplo, na Escola Preparatória Fernando Pessoa, nos Olivais, em Lisboa.

Resumindo: há grupos que só agora, neste mês de Janeiro, têm os delegados para a profissionalização. O Conselho Pedagógico da António Verney pergunta: «Porque não deu o

● Que tem dito a Comunicação Social controlada pela «AD» sobre a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGÉ) para o sector da Educação e Ensino? Têm explicado à opinião pública que se trata, em termos percentuais, da verba mais baixa dos últimos 13 anos?

● Muitas escolas preparatórias e secundárias estão a debater-se com a falta de pessoal de apoio (administrativo e auxiliar), o que vai originar graves problemas ao funcionamento dessas unidades escolares, durante o segundo período que agora se iniciou. De quem é a responsabilidade?

tado para o facto do Ministério da Educação proceder aos destacamentos de professores efectivos para além do início

Ministério ouvidos da denúncia da situação, feita em Setembro pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa? E agora? Horários desmanchados, alunos que mudam ou ficam sem professor». Num palavra: é a negação das condições pedagógicas mais elementares nas escolas.

«Em última análise, os alunos são os principais prejudicados», conclui o referido documento. O alerta aqui fica, dirigido principalmente aos encarregados de educação e aos familiares dos alunos.

● Vítor Crespo disse uma vez que «o sistema de ensino é um inferno». O subsecretário de Estado para os Assuntos Pedagógicos, Santana Castilho, considera, por sua vez, que «o estado do ensino é caótico». Não há ninguém que se lembre de dizer que o Ministério da Educação tem sido ocupado por políticos da «AD», homens ao serviço da ofensiva contra o Portugal de Abril, que, com as suas «gestões» incompetentes, têm contribuído para a degradação do ensino?

graus de ensino que abrangem largos milhares de crianças e jovens.

Reabrem as escolas, voltam os problemas — uma verdade crua, que não localizamos apenas nesta ou naquela unidade escolar, mas praticamente em todas. Os motivos são vários mas os principais (podemos mesmo dizer comuns a quase todas as escolas) relacionam-se com a falta de segurança das instalações (os estabelecimentos de ensino são alvo do assalto frequente), os problemas da formação em exercício dos docentes e dos destacamentos dos orientadores de estágio, a falta de docentes em várias disciplinas, as irregularidades da política de assistência social escolar, as deficiências do apoio pedagógico aos novos professores, nomeadamente os que foram colocados no «mini-concurso», a degradação das instalações escolares, as carências em material didáctico e a falta de pessoal de apoio (funcionários administrativos e auxiliares). O rol de problemas é mais vasto. Mas as questões aqui levantadas dão já uma ideia da situação actual.

A falta de pessoal de apoio e os sucessivos assaltos às escolas têm sido denunciados por várias escolas, registando-

Gente a querer trabalhar não falta neste País. A entrada em funções desses funcionários é uma das condições para que as escolas possam desenvolver a sua actividade. Como se justificam estes atrasos? Quem ganha com esta política de incompetência, de atraso e de desleixo?

Ainda recentemente, o Conselho Pedagógico da Escola Preparatória Luís António Verney, localizada no Bairro Ma-



PCP



Há 23 anos a fuga de Peniche

Fez no passado dia 3 de Janeiro vinte e três anos que o PCP alcançou uma grande vitória contra a repressão fascista. Um acontecimento, que não mais abandonou a memória dos comunistas e dos antifascistas em geral, fazia estremer a confiança que então os fascistas tinham na solidez das suas masmoras. Nove dirigentes comunistas, entre os quais o camarada Álvaro Cunhal, evadiram-se do forte de Peniche onde cumpriam longas penas de prisão.

Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, Rogério de Carvalho, José Carlos, Pedro Soares e Guilherme da Costa Carvalho, evadindo-se audaciosamente de uma das mais guardadas fortalezas em que o regime ditatorial encerrava os seus inimigos, puderam, voltando à luta na clandestinidade, contribuir poderosamente para reforçar o Partido Comunista Português, vanguarda do combate pela liberdade.

no trabalho heróico que daria os seus frutos na alvorada de Abril. E todos os anos, no dia 3 de Janeiro, recordando um feito cuja fama ultrapassou as fronteiras, os comunistas recordam também o que foi a longa resistência contra o fascismo e todos aqueles que nessa batalha deram a vida.

A vinte e três anos de distância, recordar a fuga de Peniche é recordar também que os dirigentes comunistas que nela participaram não estavam isolados nem isolado estava o PCP. A fuga foi possível porque o país resistia.



Determinação, amizade e confiança na luta do Povo português neste novo ano, vividas numa atmosfera de franco convívio popular, onde não faltou a música, as doçarias e o tradicional espumante. Em síntese, é o

que se pode dizer das festas de passagem de ano que várias organizações do PCP realizaram na noite do passado dia 31. Assim aconteceu, por exemplo, em Lisboa (cerca de 1500 pessoas no pavi-

lhão do Clube Atlético de Campo de Ourique, onde teve presença destacada o «Canto Tropical», conjunto da Guiné-Bissau); no Porto (enorme entusiasmo no pavilhão do Académico, registando-se as actuações de artistas bem conhecidos a nível nacional); em Coimbra (com um programa aliciante no Centro Recreativo Norton de Matos); e ainda em Almada, no pavilhão da Romeira; em Alpiarça, nas instalações da Cooperativa do Mouchão do Inglês; e no Couço, cujo programa até incluiu mais uma edição da Corrida de S. Silvestre.

Protesto dos comunistas das Flores

A Comissão da Ilha das Flores do PCP no enviado no passado dia 3 um telegrama ao Ministro da República para os Açores, protestando pelo facto de aquela ilha se encontrar sem assistência médica desde a passada sexta-feira, dia 31 de Dezembro.

“Eleições 82” Resultado do sorteio

Na festa de fim-de-ano realizada no pavilhão do Clube Atlético de Campo d'Ourique foi apurado o sorteio dos brindes da campanha de fundos «Eleições 82» da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP.

Plenário na Amadora

No sábado, às 15 horas, nas instalações do centro recreativo das indústrias Pereira & Brito, realiza-se um plenário de quadros comunistas da Amadora para análise do trabalho eleitoral.

Camaradas falecidos

Joaquim Casanova
No passado dia 28 de Dezembro, faleceu o camarada Joaquim Casanova, que contava 80 anos de idade e era natural do Couço. Era o mais antigo militante do Partido naquela freguesia, sendo aí responsável pela organização dos reformados. No funeral incorporaram-se muitos camaradas e amigos de Joaquim Casanova, pessoa

que merecia a amizade e a consideração de muita gente. Estiveram também presentes delegações do Comité Local de Lisboa e da Direcção da Organização Regional de Lisboa. Foi lida uma intervenção da Comissão de Freguesia do PCP do Couço. O camarada Joaquim Casanova era pai de José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

António Matias
Faleceu no dia 21 de Novembro, em Alhandra, o camarada António Costa Matias, militante de longa data, actualmente operário reformado da Covina. Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» dirige às famílias dos camaradas falecidos as mais sentidas condolências.

Festa de Natal

Os Pioneiros e o Rancho Infantil da Brandoa realizaram uma festa de Natal, nos dias 18 e 19 de Dezembro. Nestes dois dias de animada festa passaram pelo pavilhão polivalente da Brandoa cerca de 900 crianças, a quem foram distribuídas prendas e rebuçados. Claro que esta festa só se pôde realizar com a ajuda dos pais, dos amigos, da livraria Bertrand, da Cometa e de alguns comerciantes da freguesia. As crianças fizeram um presépio gigante e uma árvore de Natal. No lanche convívio contaram com a presença do general Vasco Gonçalves e de sua esposa. Esperamos que festas bonitas como esta que se organizou na Brandoa sirvam de exemplo a todos os núcleos de Pioneiros e que ao longo do ano continuem com entusiasmo as suas iniciativas abertas a todas as crianças.



Nacional



Com o início da Reforma Agrária registou-se uma modificação radical nas estruturas económicas e sociais dos campos do Sul. Com a «AD» no Poder foi o regresso a uma agricultura extensiva e retrógrada e o reaparecer do desemprego, da miséria e da emigração

Acabe-se com esta política de ruína e desastre — uma exigência da Reforma Agrária

A demissão do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão e a queda do Governo «AD» — exigência há muito reclamada pelo movimento operário e popular — foi também recebida nos campos do Alentejo e Ribatejo com natural regozijo. Pela força da luta firme e persistente dos trabalhadores portugueses e em resultado da derrota sofrida pela coligação de direita nas eleições autárquicas, cumpria-se assim, e para já, um dos objectivos centrais que as forças democráticas mais consequentes e nomeadamente o PCP vinham reclamando.

Mas se a satisfação por tal queda foi geral e vivamente saudada pelos trabalhadores, ela teve contudo, um acolhimento muito especial por quantos nos campos do Sul suportavam há anos os ataques brutais de sucessivos governos (desde o primeiro PS) contra a Reforma Agrária.

Com efeito, durante os anos de governação «AD» tudo se agravou para os trabalhadores e para as populações nos cinco distritos da Reforma Agrária. Foi a destruição de uma grande parte desta importante conquista que havia alterado radicalmente depois do 25 de Abril as condições de vida e as estruturas económicas e sociais da região; o aumento do desemprego com a destruição de mais de 40 mil postos de trabalho; uma quebra na produção quando o País continua a importar uma elevada percentagem do que consumimos; o agravamento das dificuldades dos pequenos agricultores com os cons-

tantes aumentos dos factores de produção, falta de créditos e apoios; o aumento da sabotagem e das terras abandonadas nas mãos dos agrários onde voltam a crescer o mato e as estevas, onde a azeitona fica por apanhar, a água de charcos e barragens não é aproveitada, cabeças de gado morrem à fome, pomares são arrancados, milhares e milhares de contos são desviados do sector,

descapitalizando ainda mais a agricultura.

Numa palavra, com a «AD» no Poder foi o regresso a uma agricultura extensiva e absentista com baixos índices tecnológicos e baixos salários, transportando consigo de novo o flagelo do desemprego, a miséria, o recurso à emigração. Com a «AD» no Poder foi a política da «terra queimada», exclusivamente ao serviço de um punhado de grandes latifundiários negociantes e intermediários, contra os interesses da economia nacional, do povo e do País.

Mas as coisas alteraram-se. Na actual situação, com a queda do Governo, a «AD» perdeu qualquer legitimidade para prosseguir com as medidas que vinha praticando contra a Reforma Agrária, designadamente

te os leilões e as penhoras de bens. Daí que os trabalhadores agrícolas não aceitam — conforme os Secretariados Distritais das UCP's/Cooperativas Agrícolas de Évora, Beja e Portalegre ainda recentemente reafirmaram — o prosseguimento dos processos de leilões, penhoras, entregas de reservas e distribuição de terras e tenham exigido a sua suspensão imediata bem como a anunciada nova proposta de lei da «AD» sobre a Reforma Agrária, mais conhecida pela lei do latifúndio de Basílio Horta.

Três anos de gestão «AD» foram, pois, mais que suficientes para provar que esta é incapaz de resolver os graves problemas que o País enfrenta. Também no que diz respeito à Reforma Agrária e à agricultura esta

afirmação é verdadeira. A realidade, por demasiado dolorosa, al está a demonstrá-lo. Pergunte-se a opinião a um produtor de arroz do Baixo Mondego, a um rezeiro da Beira Alta ou a um operário agrícola de uma unidade colectiva no Sul e eventuais dúvidas se dissiparão.

Permitir que quaisquer outros Balsemões, com mais ou menos carisma, mais duro ou moderado, continue com as rédeas na mão para prosseguir esta política de desastre e ruína, poderá vir a ser interpretado, mais cedo ou mais tarde, como uma forma de assentimento com tal política. Como recentemente sublinhou o CC do PCP a questão não é de homens mas de política. O triste espectáculo que a «AD» e os partidos que a compõem têm oferecido ao País nos últimos dias é bem um sinal da falência dessa política.

Justa é, pois, e mais que legítima a reclamação apresentada pelos Secretariados das UCP's/Cooperativas dos três distritos do Alentejo para que se dissolva a Assembleia da República, se nomeie um governo de gestão e se convoquem eleições gerais antecipadas.

Esperar mais é continuar a assistir à degradação. Não é essa a vontade de quem trabalha e produz, nem do nosso povo.

Produtores do Mondego exigem novo preço do leite

— concentração, sábado, na Tocha

Os produtores de leite do Baixo Mondego promovem no próximo sábado, dia 8, às 13 horas, uma concentração de agricultores junto às instalações da Lacticoop na Tocha, concelho de Cantanhede. Decidida no passado dia 18 de Dezembro numa reunião efectuada na Casa do Povo de Liceia, esta iniciativa dos agricultores produtores de leite visa exigir o aumento do preço do leite da classe A para 26\$00/litro em virtude do constante agravamento dos custos de produção.

Para a concentração estão convocadas as direcções de todas as cooperativas que recebem leite na região e a direcção da Lacticoop. Desta forma os agricultores pretendem apurar as responsabilidades que cabem a cada uma das entidades intervenientes na recolha organizada do produto, já que as explicações apresentadas pelo representante da Lacticoop na referida reunião, para justificar o atraso no pagamento das dívidas, não foram suficientemente convincentes.

Na altura, o elemento da direcção da Lacticoop imputou a responsabilidade das dívidas daquela união de cooperativas ao Governo, pois, segundo afirmou, este deve dinheiro à Lacticoop, a comerciantes, a industriais de lacticínios, a cooperativas e a encarregados de ordenhas.

Em face dos custos de produção actuais os agricultores consideram que o actual preço de 20\$70 por litro é manifestamente insuficiente, constituindo uma verdadeira ameaça de ruína para toda a produção nacional. Os 26 escudos por litro surgem assim, no entender dos agricultores, como a base mínima para obter um preço compensador e isto se não se levar em linha de conta o previsível aumento das rações que deverá ocorrer por este mês de Janeiro.



A manutenção do actual preço do leite ao produtor, com o agravamento dos custos de produção, levaria inevitavelmente à ruína da produção nacional

Lembrar a Revolução Cubana com "Homenagem à Cidade"

O Conselho Regional do Porto da Associação de Amizade Portugal-Cuba realiza hoje, no Coliseu do Porto, um grande espectáculo musical com Carlos do Carmo, acompanhado pelo grupo dirigido por Fer-

nando Correia Martins, no âmbito das comemorações do XXIV aniversário da Revolução Cubana. O espectáculo, com início às 21.30 horas, intitula-se «Homenagem à Cidade», por vontade

expressa do cantor e pretende ser não só uma prova de apreço pela cidade nortenha como também uma manifestação de solidariedade para com a luta, a coragem e os ideais do povo cubano.

Portugal visto pelos emigrantes

«Para superar as carências existentes é necessário e urgente que haja uma mudança de política em Portugal com homens que sejam sensíveis aos problemas do povo e do País — esta a conclusão a que chegou a Associação de Amizade Luso Francesa, com sede em Villiers, após uma reunião da sua direcção promovida com o intuito de analisar os problemas que surgem aos nossos compatriotas que se deslocam ao país nos períodos de férias. Intitulado «Portugal visto pelos emigrantes», o documento começa por enumerar algumas das dificuldades mais sentidas por quantos — fazendo uso do legítimo direito de visitar familiares e amigos — se encaminham das mais diversas formas, vencendo cansaças e quilómetros, para «matar saudades» da sua terra.

São os transportes terrestres e aéreos em número insuficiente e em más condições; é o escoamento

deficiente nas fronteiras provocando os habituais e compridos engarrafamentos; são as estradas cheias de buracos, não sinalizadas e sem áreas de resposu; é a assistência médica com os medicamentos e as consultas caras, onde faltam hospitais ou médicos, onde «se pode morrer à espera de consulta»; é a especulação nos períodos de maior movimento de comerciantes e intermediários a subirem os preços a seu bel prazer perante a ausência quando não cumplicidade da fiscalização.

Um panorama sem dúvida suficientemente sombrio para quem deseja que estejam criadas condições para um rápido regresso dos emigrantes; uma situação a exigir medidas prontas e eficazes «que ponham termo a tais irregularidades — como faz questão de sublinhar a Associação de Amizade — não só no interesse da população emigrante, mas de todos os portugueses em geral».

Mas não se ficam por aqui os problemas dos nossos compatriotas obrigados a procurar o sustento para si e para os seus em terras estranhas e longínquas. En-

tre os muitos que sobram o comunicado salienta o do ensino do Português no estrangeiro.

No caso da França, onde a colónia portuguesa ronda

o milhão, aos filhos dos emigrantes não é proporcionado o ensino do Português. Embora tenham enchido a boca de promessas, até ao momento a Se-

cretaria de Estado da Emigração pouco ou nada tem feito no sentido de minorar este problema, vindo-se as associações obrigadas a contratar a expensas suas como é o caso desta Associação, uma professora do secundário que ensine a língua pátria.

Em face deste estado de coisas e em jeito de remate os membros da Associação de Amizade Luso Francesa interrogam: «será que os emigrantes que tanto têm contribuído através das remessas para o equilíbrio da balança de pagamentos podem aceitar ser tratados como estrangeiros em Portugal? E as suas Associações será que podem continuar a sentir dificuldades para serem reconhecidas pelas entidades governamentais? E como explicar que as zonas de maior densidade de emigrantes continuam a ser as menos desenvolvidas?»

Perguntas pertinentes a exigir uma pronta resposta.



Embora distantes em quilómetros os emigrantes não estão longe, e muito menos indiferentes, ao que se passa no seu país. Sabem bem que o regresso, desejo comum a quase todos, passa também por uma nova política e um governo democrático

boletim emigração

boletim emigração. Dezembro 1982 - Janeiro 1983 n.º 10. Comentário: A União de Emigrantes do Estado de Michigan... Conselho da Europa processa Governo e exige CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DAS COMUNIDADES. e a segunda?

Revolução e contra-revolução na Alemanha. Friedrich Engels. Um clássico do marxismo, rigorosamente traduzido e anotado. O balanço da revolução de 1848-1849, com base no materialismo histórico em que se desenvolvem os princípios tácticos da luta revolucionária do proletariado. edições Avante!

Trabalhadores

Ano sindical

Um dos mais violentos desde o 25 de Abril

«No plano sindical, o ano de 1982 caracterizou-se por um grande desenvolvimento da luta dos trabalhadores face a uma ofensiva governamental e patronal que se pode considerar como uma das mais violentas depois do 25 de Abril», disse Armando Teixeira da Silva num depoimento sobre o ano sindical em que a «AD provocou situações e tomou medidas de frontal desrespeito pela lei e pela Constituição, antes e após a revisão desta».

O dirigente do Secretariado Nacional da CGTP-IN, depois de reafirmar que «conseguimos finalmente o que todo o ano reclamámos — a demissão do Governo AD» — preconiza a continuação da luta em 1983 «pelo afastamento definitivo da AD, pela realização de eleições antecipadas, por uma alternativa democrática».

O depoimento do coordenador da Comissão Executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN, publicado em 31 de corrente, faz uma síntese muito breve das lutas que os trabalhadores foram obrigados a travar em 1982 e conclui essa parte do seu artigo afirmando que «talvez fosse necessário mais do que um ano para se fazer um «livro branco» sobre a governação AD durante um ano», o ano que passou.



A imprensa sindical deu grande relevo em 1982 à carestia, à contratação colectiva e à demissão do Governo «AD»

Teixeira da Silva refere nomeadamente situações que não foram ultrapassadas, como seja «a protecção aos divisionistas em vários processos de negociação colectiva e noutras acções onde os interesses dos trabalhadores foram postos em jogo» e ainda «o boicote ao

funcionamento eficaz dos tribunais e das inspecções de trabalho, com a consequente degradação e inoperacionalidade da justiça laboral».

Sobre o êxito e vitórias das massas trabalhadoras organizadas o dirigente da Central, que sublinha «a poderosa ope-

ração de manipulação da comunicação social estatizada, com destaque para a RTP do sinistro Proença de Carvalho e para as manobras de extinção da Anop», refere que «os trabalhadores conseguiram resistir, intensificaram a sua contra-ofensiva, obrigaram o Governo a desistir de vários projectos antitrabalhadores e, no essencial, impediram que a AD consumisse satisfatoriamente os seus objectivos principais: destruir as nacionalizações e a Reforma Agrária, esvaziar os direitos e regalias dos trabalhadores, calar a voz e impedir a participação activa da CGTP-IN e do movimento sindical unitário na vida do País.

A «capacidade de organização e de luta» é expressamente referida por Armando Teixeira da Silva. Tendo em vista o prosseguimento das acções de massas e nas empresas e nos sectores em 1983, o dirigente da Inter que naturalmente não refere uma por uma todas as lutas do ano passado, destaca o tanto ao que considera «de maior impacto nacional» como sejam «as Greves Gerais de Fevereiro e Maio, a Marcha



Indústria naval, das mais afectadas pela política «AD»

contra o Desemprego, a Manifestação contra a revisão constitucional da Constituição (em Julho) e a Jornada Nacional em Defesa do Sector Público em Outubro, além das poderosas acções comemorativas e de luta que constituíram o 25 de Abril e o 1.º de Maio, com relevo, neste caso, para os trabalhadores do Porto.

«Ao nível de empresa e sector de actividade — prossegue Teixeira da Silva — foram numerosas as acções desenvolvidas, com bastantes exemplos de lutas vitórias, designadamente contra os tectos salariais, em defesa dos postos de trabalho e pela reposição de regalias legais e contratuais».

Após uma referência «aos trabalhadores da Indústria Naval e da Anop, que têm dado provas de uma exemplar persistência e capacidade de or-

ganização face às tentativas governamentais de encerramento ou reprivatização das respectivas empresas e consequente despedimento colectivo de milhares de trabalhadores», o coordenador da Executiva da CGTP-IN adianta no seu depoimento que «também aqui a AD não conseguiu cabalmente o que queria, e estamos certos de que não o conseguirá!» — prevê.

Ano do IV Congresso

Entretanto a CGTP-IN marcava para 14 do corrente um Plenário Nacional relacionado com a preparação do IV Congresso.

Segundo os dirigentes da Inter, reunidos em 28 e 29 de Dezembro findo, a situação política actual impõe uma solução imediata que inclui a dissolu-

ção da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas. Frisando que o que está em jogo «não é a escolha deste ou daquele primeiro-ministro AD, mas toda a política da coligação governamental, que tem conduzido o País a uma situação desastrosa», o secretário nacional, reunido para analisar os trabalhos preparatórios do IV Congresso, que deve iniciar-se em 11 de Março de 1983, indica a necessidade de nomear «um governo isento que assegure a democraticidade do processo eleitoral».

A CGTP-IN reafirma em nome dos trabalhadores a sua «disponibilidade e empenhamento» para descobrir «soluções adequadas à superação da crise económica e social, num novo cenário político de alternativa à AD».

Lutas e acção sindical

● **Grís Impressores: ameaça de desemprego para 300 trabalhadores** — Falhadas tentativas para o relançamento da empresa, que esteve intervencionada pelo Estado e que os antigos patrões só querem receber mediante a redução dos postos de trabalho e outras medidas aparentemente com a chantagem, preocupam grandemente os 300 trabalhadores da empresa, cuja situação explicaram recentemente numa conferência de imprensa.

A banca «AD», o Governo «AD» que ainda resta, etc., fazem orelhas moucas perante os direitos mais elementares dos trabalhadores da Grís que,

por trabalhadores efectivos. «As ilegalidades têm que acabar, os postos de trabalho têm que ser garantidos, a Gelmar tem que produzir», afirmava recentemente a Federação sindical do sector.

● **CCTV/Automóvel: 28% é a proposta sindical** — Um «aumento mínimo de 28 por cento sobre os salários praticados» é, segundo a Federação sindical do comércio, a proposta para as tabelas salariais que, de acordo com a revisão do CCTV (contrato colectivo vertical) deverá ter efeitos a partir do 1 de Novembro de 1982. Outras cláusulas deverão ainda ser revistas, como

ressas da classe», afirmam os unitários do conselho geral.

● **Aumento geral para os bancários** — Um aumento generalizado de cinco mil escudos para todos os bancários com efeito a partir de 1 de Dezembro passado foi proposto recentemente pelos

membros unitários do conselho geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Segundo um comunicado, esta reivindicação e outras de carácter social não devem prejudicar «a próxima revisão da tabela salarial» do sector que deverá ter aplicação efectiva a partir de Julho do ano corrente.

● **Jornalistas: «Inflexibilidade»** — Depois da primeira reunião com a associação patronal para revisão do contrato de trabalho o Sindicato dos Jornalistas responsabilizou a Associação da Imprensa Diária por qualquer conflito que venha a surgir, pois a AID nem os 16

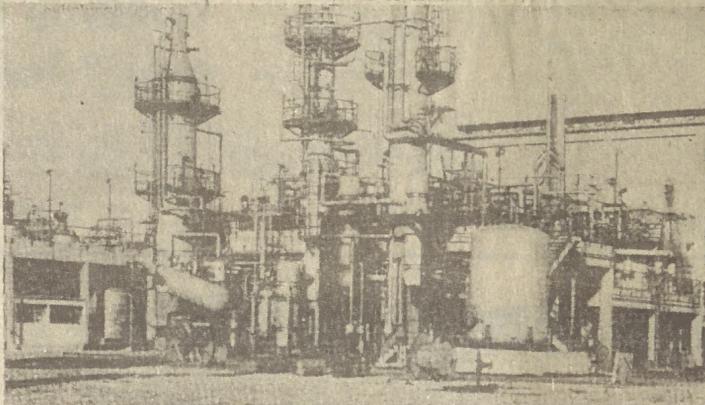
por cento de aumento considerado «negociáveis» nessa primeira reunião.

● **Vitória unitária na Quimigal** — Uma lista de unidade venceu recentemente, com 5122 votos contra 575 e 1213 de duas listas concorrentes, a eleição para a CT da

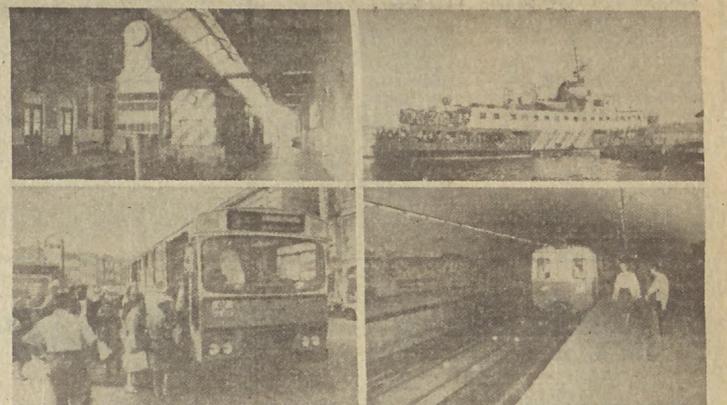
Quimigal. Oito dos 11 representantes são membros da lista vencedora, segundo o método de Hondt obrigatório por lei.

● **Médicos de Faro** — Segundo o Sindicato dos Médicos do Sul, 94,8 por cento dos clínicos do Hospital de Faro aderiram em 3 do corrente a uma

greve por reivindicações relacionadas nomeadamente com o pagamento de serviço extraordinário. Segundo o mesmo Sindicato, 150 médicos aderiram à greve paralela a uma outra dos enfermeiros que estes designaram por «burocrática» não afectando o atendimento dos doentes.



Na Quimigal, vitória da unidade na eleição para a CT



Transportes — sector onde as lutas tiveram mais êxito na contratação colectiva em 1982

● A CGTP-IN reúne em 14 do corrente o seu Plenário Nacional.

● Anunciada inicialmente para o dia 10, era previsível no princípio desta semana a desconvocação da greve dos trabalhadores auxiliares da Segurança Social, após garantias obtidas em reuniões com o responsável pelos «Recursos Humanos» do ministério do sector.

● O secretariado da FSMMP (Federação da Metalurgia) anuncia greve para 13 e 14 do corrente em todo o sector.

Em causa ainda a luta pelo CCTV e as posições do patronato.

● Amanhã, dia 7, podem recomeçar formas de luta no sector gráfico, papel, imprensa, etc. (greves de 24 horas previstas para 7, 11, 18 e 25 do corrente) caso não se modifiquem as posições patronais para a contratação do sector.

● Imprensa Nacional-Casa da Moeda: prazo até segunda-feira próxima para que o patronato inicie negociações salariais com base na proposta sindical. Caso contrário: assembleia geral marcada para 13 e 14 do corrente. Luta em perspectiva.

● Congresso da FSTRU (Federação dos Transportes) em 15 e 16 do corrente.

apesar da «relutância» patronal factuou bem e fortemente em 1979 (117 mil contos) e passando para os cerca de 300 mil em 1982.

Como o seu nome indica a Grís é uma empresa do ramo da indústria gráfica com sede no Alto da Boavista no Cacém.

● **Gelmar: continuam os despedimentos** — Depois de Montemor, com mais 11 trabalhadores despedidos, passando no princípio do ano para 31 o total dos despedimentos na Gelmar, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Sul exigirá a reintegração e o pagamento do subsídio de desemprego enquanto ela não se verificar. O mesmo Sindicato condenou ainda recentemente, chamando para o facto a atenção das autoridades, o contrato ilegal de trabalhadores a prazo para tarefas que demoram entre 30 e 45 dias e que podiam ser perfeitamente efectuados

o subsídio de alimentação que deverá passar para 150 escudos onde não houver refeitório. A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços lembra que o CCTV se aplica a todos os trabalhadores do sector.

● **Salários dos Seguros: «Vergonhosa cedência»** — Segundo os membros eleitos pelas listas unitárias com assento no conselho geral do Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas, a última revisão salarial foi a pior de sempre. Aqueles elementos acusam a direcção sindical de «vergonhosa cedência» ao aceitarem um aumento de 20 por cento. O aumento considerado justo era de 23,7 por cento. A direcção UGT do Sindicato, na véspera das autárquicas, «servilmente», decidiu «não incomodar o Governo «AD», abandonando «o campo da luta», sem defender como devia «os direitos e inte-

Metalúrgicos anunciam dois dias de greve

Em 13 e 14 do corrente pode concretizar-se mais uma greve nacional da metalurgia e metalomecânica. Os trabalhadores em luta por melhores salários recusam os 21 por cento do patronato.

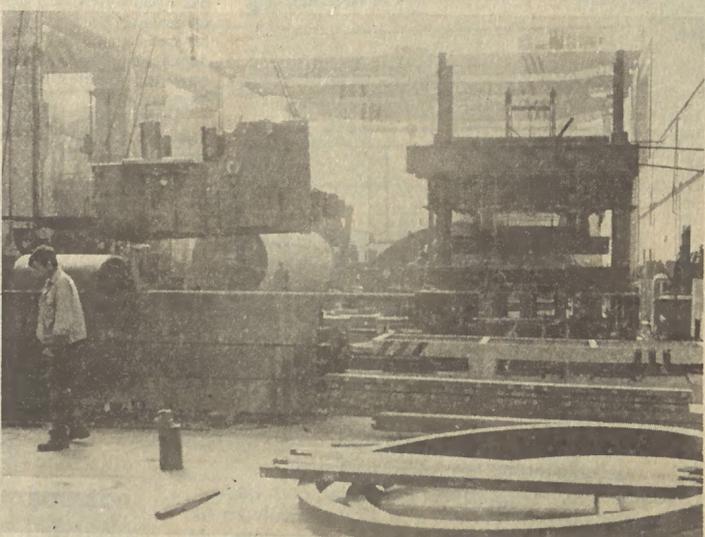
Num comunicado de 30 de Dezembro findo, confirmando a realização da greve, caso se mantenham as posições do patronato o secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas

de Portugal afirma a dada altura que «foi através da luta contínua que os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica obrigaram o patronato a sair da sua ridícula posição inicial de 17 por cento.

«Hoje, e apesar dos esforços que a CNS tem feito no sentido da resolução da negociação do CCTV pela via do diálogo, os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica vêm-se obrigados a recorrer à luta para a defesa dos seus interesses.

«Perante a determinação de luta demonstrada pelos trabalhadores, o patronato foi obrigado a apresentar a proposta de 21 por cento e a chamar à pressa os seus amigos do SIMA para, consumando mais uma traição aos trabalhadores, assinarem a proposta do patronato.

«Estamos certos que os trabalhadores metalúrgicos saberão responder na mais uma vez à forma de luta agora proposta», conclui a FSMMP.



Metalurgia, metalomecânica, montagem de automóveis — sectores onde a contratação colectiva tem exigido mais lutas e mais mobilização

Inter da RN

Braga, Porto, Coimbra — o número de delegados figura a seguir entre parêntesis depois das localidades — respectivamente com 1, 1 e 2, e contando com Castelo Branco (1) Santarém (2) Lisboa (4) Setúbal (3) Évora (1) Beja (1) e Faro (1) prefazem o total de 17 membros eleitos recentemente, para o secretariado nacional da comissão intersindical da Rodoviária Nacional, EP.

Desses 17 delegados sindicais 1 é bilheteiro, 1 escrivão, 1 pintor, 4 motoristas, 1 apontador, 3 cobradores-bilhetes, 1 técnico, 4 mecânicos e 1 electricista.

A maioria da comissão pertence naturalmente aos trabalhadores directos (4 motoristas, 4 mecânicos, 1 electricista, etc) que representam por sua vez a maioria dos trabalhadores da RN.

Segundo a eleição efectuada em 29 de Dezembro findo nas instalações da CEP 10 (Centro de Exploração de Passageiros) na Avenida Casal Ribeiro em Lisboa, a composição do secretariado nacional é a seguinte:

Custódio Magalhães Mendes, bilheteiro (Braga), Manuel Rodrigues de Melo, escrivão (Porto), Manuel Barbosa Nunes, pintor, e Jaime Dias, motorista (Coimbra), António Maria Vaz, apontador (Castelo Branco), Guilherme Louro Rui, motorista, e Lucindo Norte Matias, cobrador-bilheteiro (Santarém), Luís Filipe, técnico, Mário Dinis, mecânico, Manuel Carvalho, mecânico, e José Custódio Maria (Lisboa) José Custódio Maria da Silva, mecânico, Custódio Manuel Pereira, cobrador-bilheteiro, e Diamantino Ferreira Fi-

gueiredo, electricista (Setúbal), Manuel Francisco Barroso Carvalho, cobrador-bilheteiro (Évora), Jorge Humberto Pereira Neves, mecânico (Beja) e António Vitorino Reis Carrega, motorista (Faro).

A lista foi eleita sob o lema da «unidade dos trabalhadores da Rodoviária Nacional, EP» e

«pela defesa das condições de vida e trabalho de todos os trabalhadores desta empresa pública». A reafirmação de que a RN, EP, «empresa de Abril é e será obra dos trabalhadores» foi também um dos lemas da campanha da lista vencedora na campanha para a eleição do secretariado nacional.

CT da Império: É preciso investir

Numa «carta aberta ao conselho de gestão», a comissão de trabalhadores da Companhia de Seguros Império manifesta pormenorizadamente a sua preocupação pelo futuro desta empresa pública. «Face à situação da Companhia, expressa no Relatório e Contas de 1981, recentemente divulgado», a CT chama a si o direito de exercer o controlo de gestão, designadamente para sublinhar a necessidade de «investimentos e investimentos rentáveis», pois «o mandato deste conselho» esgota-se com a «progressiva degradação da empresa e sem que nenhuma das promessas quanto a instrumentos de gestão seja cumprida».

A CT destaca o direito de actuar contra uma situação que se arrasta. «Não são de agora as preocupações da CT. De há muito que o órgão dos trabalhadores, arrostando com a indiferença e a incompreensão do próprio conselho», tem vindo a chamar a atenção dos restantes trabalhadores para

as preocupações que se amontoam pelo que «não espantam os resultados de 1981».

A carta aberta refere mais adiante «o vazio total em matéria de planificação» e fornece uma série de pormenores técnicos sobre os resultados apresentados pela gestão.

De salientar é a vontade de intervir positivamente na salvaguarda dos interesses da empresa pública, manifestada pela CT, bem como os factos concretos que aponta e principalmente a falta de contactos com os representantes dos trabalhadores a que o controlo legal obriga os responsáveis pela gestão da Companhia. A CT insiste na necessidade de efectuar reuniões com o conselho de gestão sempre que elas sejam necessárias mas reconhece, «com profunda mágoa, quanto tem sido ignorada, marginalizada ou obstruída na sua acção».

Dirigida ao presidente do conselho de gestão a carta aberta é datada de 23 de Dezembro de 1982.

A broa é para a CP?

• Ao que parece, a CP vai receber 4 milhões de contos. Tanta «generosidade» em relação a uma empresa nacionalizada tem, certamente, água no bico...

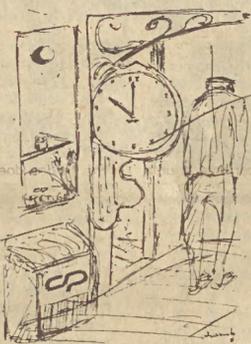
Quatro milhões de contos é o que anuncia o "Expresso" para a CP. Dada a quadra e dada a crise, é muito dinheiro. E donde viria? Do nosso. Do Estado. Alguma coisa deve haver de novo nisto. Por um lado não se pagam salários a milhares de trabalhadores, que os têm em atraso ou não sabem quando os receberão. E note-se que quem deveria pagar esses salários é o mesmo Estado que vai "dar" os 4 milhões à CP.

Água no bico seria pouco para uma "broa" destas. Com efeito quem é que se lembraria deste negócio? O "Expresso" não diz. Sobre tudo não diz a quem (a que grupo financeiro, por exemplo) é que o Executivo financeiro, ou seja, o não-Governo deste Estado daria a possibilidade de despedir do pé para a mão pelo

Mas há mais: "... O Ministério obriga-se..." O Ministério do Trabalho de que Governo? Que subsídio? Anual? Quantos postos de trabalho é que seriam contemplados? Que quer isto dizer, sobretudo numa altura de "não-Governo", de um Executivo para "assuntos correntes"? Serão assuntos desses os 4 milhões assim anunciados deste modo para a CP com as ameaças bem claras para o emprego existente naquela empresa pública?

Certamente nem vale a pena fazer estas perguntas. A situação parece beneficiar todos os "saques" sem cobertura que o Ministério das Finanças (é um mero exemplo) entenda efectuar.

Não que a CP não "mereça" os 4 milhões. O mesmo com a Carris, a RN e outras empresas, incluindo já



menos metade do pesoal da CP.

Os 4 milhões estariam falidos, ou o negócio não passou do jornal que o anuncia?

Mas entendidos a nível de sector dos transportes os 4 milhões fazem sentido. Outras empresas nacionalizadas também receberam recentemente umas centenas de milhares de contos para investimentos, designadamente a RN. Aquilo a que os técnicos chamam de "fundo perdido"...

No entanto, esse fundo é perdido é pelas empresas. Nacionalizadas como se sabe, as compensações demoram anos a pagar pelo Governo, que as vai desfazendo em bocados para entregar as partes lucrativas aos privados, etc. Neste caso o Governo 'AD' não tem perdido nada... Vai agora perder na CP?

Diga-se que a altura é boa para anunciar coisas destas. Lembra-se só o que o "indigitado" Vítor Crespo anuncia para a legislação laboral!

Assim é que o último "Expresso", talvez para apoiar essa revisão das leis existentes para o trabalho e os sindicatos, anuncia que, "no caso de existirem trabalhadores excedentes (na CP, que tem actualmente uns vinte mil) o Ministério do Trabalho obriga-se a atribuir um subsídio anual para a manutenção desses postos de trabalho".

É evidente que há confusão. Trata-se de trabalhadores empregados ou de postos de trabalho? O que é que seria excedente ou excedentário?

agora e em primeiro lugar as que não pagam salários ou nem se quer dizem quando os pagarão.

Não. O problema é quem é que vai dispor, quem é que vai administrar, gerir os 4 milhões de contos para a CP. Que tipo de Governo, por exemplo, é que vai aumentar ainda mais os bilhetes da CP. Quantas estações vão desaparecer, etc.

(Ou não haverá 4 milhões de contos nenhuns? — o que talvez seja o mais provável — ou o Conselho de Ministros achará bem entreter-se nesta quadra natalícia com toda esta verba aproveitando a estada do Champallimaud em Portugal?)

E quanto aos Mellos e aos outros grupos financeiros que por aí aparecem com nomes vários e projectos? O "Expresso" parece não saber. O que o "Expresso" sabe é que "a CP passará a assumir a responsabilidade exclusiva de todos os investimentos ferroviários de transporte público nos termos de um decreto-lei que o Governo já teria aprovado".

Creemos ter lido bem. E se assim foi, que pessoa individual ou colectiva, instituição ou colectividade de recreio assumiu alguma vez de há muitos anos para cá a responsabilidade exclusiva de todos os investimentos ferroviários... Pelo menos oficialmente... Que não fosse o Governo ou a CP?

A quem é que vão entregar o que ainda dá lucro na CP? A quem é que vão oferecer os 4 milhões da banca nacionalizada?

Poder local

Novos mandatos autárquicos continuam frente de luta na defesa da democracia

Prossegue em todo o País o processo de instalação das novas 305 Câmaras e Assembleias Municipais e cerca de 3700 Assembleias de Freguesia, a que se seguirá a eleição das Juntas de Freguesia, dos Presidentes e Secretários das Assembleias Municipais e de Freguesia, a escolha de vereadores a tempo inteiro e a distribuição de pelouros. Nas 300 Freguesias com menos de 200 eleitores, decorrerá, em plenários de todos os cidadãos eleitores, a eleição directa das respectivas Juntas de Freguesia.

Todos estes mandatos vigorão nos próximos três anos, iniciando-se assim um novo ciclo na vida do Poder Local e na vida das populações.

Ora como se sabe não é indiferente ao Poder Local quem governe o País ou a política que se execute — a dependência do PL em relação às grandes decisões do Poder Central nomeadamente nos campos financeiro e legislativo, é bem conhecida, pelo que a queda do Governo «AD» constitui uma grande vitória não só para os trabalhadores e o

povo português, mas também para o Poder Local democrático.

De facto com a exoneração do Governo «AD»/Balsemão caíram por terra numerosas propostas de lei antiautárquicas engendradas por este Executivo de má memória e que aguardavam apreciação na Assembleia da República. É também conhecida a gravidade de tais diplomas para o Poder Local democrático, caso viessem a ser postos em acção: redução do número de membros dos órgãos autárquicos, re-

forço do presidencialismo nas Câmara e Juntas, limitação do papel das Assembleias Municipais e de Freguesia e o esbulho dos baldios aos povos, diminuição radical das verbas para as autarquias e a possibilidade de arbítrio na sua distribuição, dissolução dos órgãos autárquicos por determinação do Governo, etc. etc.

É preciso uma nova política

É óbvio que não é indiferente ao Poder Local democrático o futuro da governação central neste País, tornando-se também aqui urgente uma mudança de política que se traduza concretamente numa viragem democrática ao encontro dos interesses e necessidades do Povo e do País. Uma política diferente, que defenda, consolide e reforce o Poder Local não em palavras, mas em actos.

Tomadas de posse de órgãos autárquicos

Começou já nos fins do ano passado e prossegue nestes primeiros dias de Janeiro a instalação dos diversos órgãos de Poder Local em todo o País resultantes das eleições gerais autárquicas de 12 de Dezembro.

De acordo com a legislação em vigor, compete aos presidentes das Assembleias Municipais cessantes proceder à instalação das novas Assembleias e Câmaras Municipais, num prazo máximo de dez dias a partir da data da resolução definitiva das assembleias de apuramento geral de votos. As Assembleias de Freguesia deverão ser empossadas pelos presidentes das Assembleias Municipais eleitos, num prazo máximo de 30 dias a partir da acta final das assembleias de apuramento.

Assim, nos últimos dias tomaram posse, nomeadamente, as novas Câmaras e Assembleias Municipais dos Concelhos de Oeiras, Leiria, Matosinhos, Odemira; Nos Açores avançou-se já em Ponta Delgada, Ribeira Grande, Corvo, Santa Cruz, Lages e Vila do Porto, enquanto na Madeira já estão empossados os órgãos municipais dos Concelhos do Funchal, Porto Moniz, São Vicente, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico.

Tomada de posse em Loures

«Não transigiremos absolutamente nada em tudo o que sejam os interesses da população do Concelho, não transigiremos com negociações, não transigiremos com os especuladores» afirmaria o camarada Severiano Falcão, presidente eleito pela APU na Câmara Municipal de Loures durante o acto da tomada de posse do novo executivo municipal, cerimónia que no passado dia 3 decorreu no refeitório da Câmara, que se encontrava apinhado de gente.

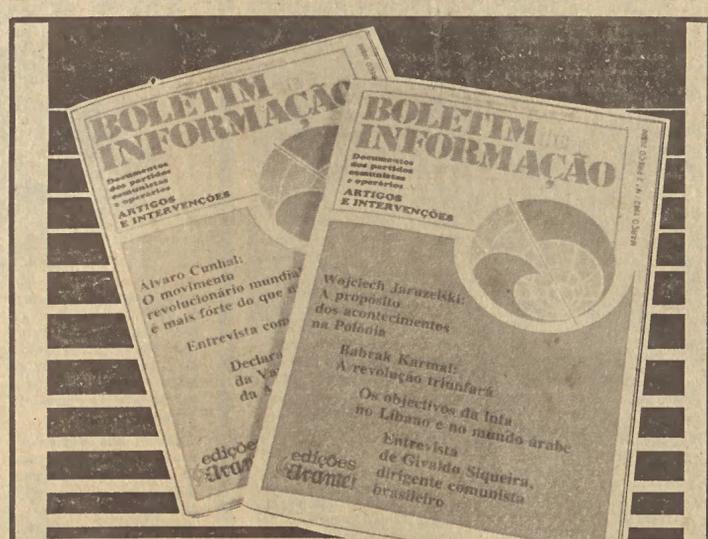
A sua intervenção seria precedida de duas outras: a primeira de um representante da «AD» no executivo, Vítor Santos, que se limitaria a afirmar que «as minhas palavras são curtas porque a nossa posição neste momento é de expectativa». A segunda esteve a cargo de um representante do PS, o vereador José Duarte (que também revalidou o mandato), que se alongaria em algumas considerações que importa realçar.

Assim e após saudar a vitória da APU na Câmara, afirmaria em nome do seu Partido que «vamos tentar que os nossos vereadores tenham uma posição activa e de não obstrução», defendendo a melhoria das relações inter-partidárias «até pelo que nos vai trazer o novo ano». Em seguida, referindo-se à possibilidade de uma aliança do PS com a «AD» dentro da Câmara consi-

deraria que «seria uma aliança má, uma aliança com o diabo e já conheci alianças com o diabo que nos deram mau resultado». «Essas alianças são inúteis e esse tipo de entendimento não tencionamos fazê-lo» — prometera o representante do PS, que apelaria ainda à «harmonização da vida municipal» e ao «ultrapassar de desaguidados do passado».

Estas afirmações, de grande importância para o bom funcionamento de qualquer edilidade, pois apontam para o que a APU há tanto se bate — unidade de acção na defesa dos interesses das populações — mereceria uma referência directa de Severiano Falcão, que diria: «o que ouvimos do representante do PS é reconfortante e esperamos que se venha a concretizar em actos». O presidente da Câmara Municipal de Loures consideraria ainda que os resultados das últimas eleições autárquicas desmascararam a «AD» e que esta se encontra toda desarticulada. «A APU foi a única força que na verdade ganhou com as últimas eleições. O facto de o PS ter recuperado é uma nota positiva de um partido democrático como sempre considerámos ser o Partido Socialista, mas foi uma pequena recuperação», afirmaria.

Finalmente Severiano Falcão anunciaria que «na primeira reunião do novo executivo serão abertas às outras forças políticas as nossas concepções sobre a sua participação».



Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções de grande actualidade

Neste sentido, e como refere o camarada Luís Sá, representante do PCP na Comissão Nacional de Eleições, num artigo em «diário», impõem-se algumas medidas que constituirão simultaneamente importantes objectivos de luta democrática neste sector:

« Defesa da Lei n.º 79/77 nos seus aspectos essenciais (número de membros dos órgãos autárquicos, participação das Comissões de Moradores no exercício do Poder Local, regras democráticas de funcionamento das autarquias);

« Aplicação integral da Lei das Finanças Locais, transferindo os montantes a que as autarquias têm direito, respeitando a objectividade dos critérios legais de distribuição, e assegurando a bonificação efectiva dos juros dos empréstimos a contrair pelas autarquias;

« Aprovação de uma lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimento semelhante à que mereceu apoio unânime da Assembleia da República em 27 de Julho de 1979, a transferência real de novos poderes e funções para as autarquias e não de meros encargos;

« Descentralização efectiva no domínio do urbanismo e da política de solos, permitindo aos municípios determinar o uso a dar à área sob a sua jurisdição e controlar o crescimento urbano;

« Avanço de uma verdadeira regionalização democrática, o que implica a rejeição dos projectos da «AD» no sentido de as regiões serem um mero pretexto para reforçar serviços desconcentrados da Administração Central e retirar poderes e meios de actuação aos municípios;

« Criação dos novos Municípios e Freguesias, pondo termo aos sucessivos adiamentos depois de diáfanas expectativas entre as populações, como aconteceu com o caso de Vizela (mas há dezenas de outros casos pendentes);

« Extinção do Quadro Geral Administrativo dos Serviços Externos do MAI (que permite ao Governo ter pessoal dependente da Administração Central dentro da Câmara), executando o texto revisto da Constituição da República».

O início destes novos mandatos de três anos no Poder Local do nosso País é, repetimos, a abertura de um novo ciclo na vida do PL e das populações por ele servidas; defendê-lo alargá-lo e consolidá-lo o prestígio e a eficácia continua a ser importante frente de trabalho na defesa da democracia no nosso País.

Não é só mau perder Em Ourique, burla é querer repetir as eleições

A APU apresentou ontem no Tribunal da Relação de Évora uma reclamação contra o acordão, afixado na 3.ª feira de manhã, que dá provimento ao recurso do PPD pela nulidade das eleições de 12 de Dezembro nas freguesias de Ourique e Santana da Serra, concelho de Ourique, com base na discrepância entre o número de eleitores constantes dos cadernos eleitorais e os que constam de uma publicação do STAPE. Esta publicação resulta de dados fornecidos pelas comissões recenseadoras e não é legalmente vinculativa.

A APU fundamenta centralmente a sua reclamação no que aliás sempre tem afirmado: não só não houve nenhum protesto em relação aos cadernos eleitorais antes de conhecidos os resultados, como não houve qualquer caso protestado ou provado de eleitores que tenham querido votar e o não tenham feito, ou que não tivessem ter votado e o tenham feito. Isto é: mesmo que houvesse irregularidades nos cadernos eleitorais não seriam relevantes, na medida em que ninguém foi admitido a votar sem ter esse direito ou foi excluído tendo-o.

Mais: não houve um só protesto com esse fundamento durante a votação, o que seria elemento obrigatório e imprescindível para a admissão de qualquer recurso.

O recurso é pois totalmente improcedente. É difícil encontrar palavras bem-educadas para qualificar o que se passa com as eleições em Ourique. Chamemos-lhe, no mínimo, mais um caso de polícia, de onde é evidentemente impossível excluir o ministro do MAI (que, escassos dias após as eleições — quase um mês antes deste acordão — afirmava que as eleições iriam ser repetidas) onde, ao longo do tempo, se vão enredando personagens várias do PPD e afins, colocadas em lugares vários.

Relembramos brevemente os passos mais importantes desta indecente trapaça:

• No próprio dia das eleições e imediatamente antes de iniciada a votação procedeu-se, também nas várias Assembleias das duas freguesias, à verificação dos materiais eleitorais. Nenhum protesto foi feito e lavado.

No decurso da votação, não se verificou que fosse quem fosse tenha querido exercer esse direito sem o ter, ou, alegando que o tinha, tenha sido impedido pelo facto de a sua inscrição não constar regularmente dos cadernos. Nenhum protesto foi feito e lavado.

A partir destes dois mo-

mentos, os cadernos eleitorais são incontestáveis. Mesmo que as comissões recenseadoras os tivessem anteriormente viciado, deliberadamente ou por omissão, passam, segundo a lei eleitoral, a estar íntegros.

• O segundo facto conhecido é o anúncio, feito pela agência do sr. Alfaia e pelo próprio Ângelo Correia e, em Ourique, pelos pápadas locais, de que as eleições iriam ser repetidas em Ourique e Santana da Serra, já com base em «irregularidades nos cadernos eleitorais».

A Assembleia de Apuramento Geral (presidida, como manda a lei, pelo presidente da Assembleia Municipal, que é o PPD e por acaso exerce também as funções de juiz da Comissão de Ourique...) é interrompida com esse fundamento.

• O terceiro momento é o primeiro recurso, invocando a mesma razão, do mandatário do PPD à Relação de Évora. O acordão resultante não reconhece o recurso porque as irregularidades alegadas «não foram verificadas no acto em que se verificaram» (isto é, antes de iniciada a votação, verificando os materiais eleitorais, e no decurso da votação, por qualquer irregularidade detectada e protestada).

Assim, a Assembleia de Apuramento Geral é, terminada, e reconhecida por unanimidade a vitória da APU na Câmara de Ourique, com 60 votos de diferença em relação à segunda força mais votada, o PSD.

• E temos finalmente o acto que se pretende último: pela calada como antes fizera, o PPD apresenta na Relação de Évora um segundo recurso (aliás, como antes, não acompanhado de quaisquer provas das afirmações que faz) com a mesma fundamentação. E o juiz (pasmem-se!) decide sobre a mesma matéria, com a mesma completa ausência de fundamentos legais — exactamente ao contrário: dá provimento ao recurso «por existência de irregularidades nos cadernos eleitorais».

Pasmem-se, de novo! É que esta é, aliás, outra flagrante aberração do acordão que dá motivo à reclamação ontem apresentada pela APU: havendo dois acordãos (contraditórios) sobre a mesma matéria, juridicamente é válido o primeiro. Desse segundo acordão — que é, portanto, juridicamente nulo — decorre a marcação automática da repetição das eleições nas duas freguesias para os três órgãos autárquicos no próximo dia 16.

A APU está preparada para esta batalha e está a travá-la. No plano jurídico com a reclamação ontem apresentada e, no caso de ela não ser atendida como é de linear legalidade que o seja, recorrendo para o Supremo Tribunal de Justiça. Mas evidentemente também no plano político, denunciando sem dúvida também os quês e porquês deste tão mau perder do PPD. Para já: para esconder o quê? (Como em Mourão, onde já foi detectada pela nova Câmara APU uma dívida de 17 mil contos não se sabe gastos em quê?). De grande peso tem que ser a razão que leva o PPD a auto-acusar-se de cometer irregularidades nos cadernos eleitorais, eles que controlaram as comissões recenseadoras, as Juntas, a Câmara...

É um caso perfeitamente caracterizado da mais suja desonestidade política. O PPD vai levá-lo até onde? — pergunta-se. Para já: sendo que o motivo do recurso é «irregularidades nos cadernos eleitorais», uma vez actualizados, afixados e eventualmente protestados, são segundo a lei inotocáveis 30 dias antes das eleições; sendo que, assim, a eventual repetição de eleições, no próximo dia 16, terá de ser feita segundo os cadernos que foram utilizados no dia 12 — será que o PPD se prepara para, perante a nova vitória da APU, invocar o mesmo motivo para voltar a impugnar as eleições?

É de facto uma burla. Do PPD e da administração AD não espanta. Estão no seu papel. Que um Tribunal português lhe dê cobertura é muito mais difícil de entender. Em justiça a reclamação da APU será atendida. De qualquer forma a luta em Ourique é de todos nós e em primeiro lugar dos naturais de Ourique, vivam ali ou não) continua. O povo de Ourique, todos os democratas deste concelho, têm novas razões para estarem com a APU.

Plenários na zona de V. Franca de Xira

Em A-dos-Loucos (S. João dos Montes) realiza-se hoje, às 21 horas, um plenário do militantes comunistas em que será analisada a situação política. A sessão decorrerá na garagem da Dália. Para amanhã estão marcados idênticos plenários em Castanheira do Ribatejo, na Associação Promoção Social, às 21 horas; e em Alhandra, no Centro de Trabalho do PCP, às 21 e 30.

Internacional

AMÉRICA LATINA Toque de finados para a ditadura no Uruguai

O povo do Uruguai iniciou o novo ano com uma esperança mais forte na sua vitória contra a feroz ditadura militar que domina, por enquanto, o país. Após as eleições realizadas no passado dia 28 de Novembro, em que as forças progressistas e os sectores dos partidos tradicionais que mais consequentemente se opõem ao regime conquistaram uma esmagadora vitória, pouco espaço de manobra resta agora aos militares, cada vez mais impotentes para impedir o retorno à democracia. Como afirmou o propósito do camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, «a ditadura será inevitavelmente derrotada num prazo historicamente curto e politicamente variável, que dependerá do papel que for desempenhado pelas massas populares no país».

Já em 30 de Novembro de 1980 os militares no poder no Uruguai convocaram eleições para que as massas populares julgassem a sua gestão, que desde 1974 se tem pautado por tudo o que é inerente às ditaduras: prisões em massa, liquidação das mais elementares liberdades dos cidadãos, censura, «desaparecimento» de presos políticos, perseguição e tortura a todos os opositores do regime.

A estrondosa derrota sofrida pela ditadura — os votos contra foram quase na proporção de dois para um — constituiu um caso inédito na história dos regimes ditatoriais. A verdade é

que ainda hoje não se compreende porque é que tais eleições foram convocadas, porque é que os seus resultados não foram adulterados e muito menos porque é que apenas dois anos depois de tal fracasso os uruguaios voltaram a ser chamados às urnas.

Não está em causa, como é evidente, o legítimo repúdio do povo uruguaiu contra a ditadura. Ninguém tem dúvidas contra esse sentimento, assim como ninguém desconhece o intenso trabalho que as forças democráticas têm desenvolvido tanto no interior como no exterior do país na denúncia dos crimes do regime, na conjuga-

ção de esforços para o derrube da ditadura.

O que suscita perplexidade é esta insistência dos militares em ouvir um povo que sabe ser-lhe hostil e cuja vontade não estão dispostos a respeitar.

Resultados provisórios das eleições	
P. Nacional	584 581
P. Colorado	500 217
Em Branco	83 515
União Cívica	14 244
Nulos	5 402

O plebiscito de 1980 não foi respeitado. Perante a derrota os militares limitaram-se a afirmar que o Processo (é assim que intitulam o regime) iria continuar. Um processo para o qual pretendem uma base «legal» e para cuja institucionalização elaboraram um calendário que, abalado com os resultados das primeiras eleições, foi alterado mas não abandonado.

Derrotada nas urnas, a ditadura engendrou um sistema que contém na sua essência a divisão da unidade que tão bem se expressou em 30 de Novembro de 1980.

Foi neste contexto que se realizaram as eleições de Novembro passado cujo objectivo foi escolher, de entre as personalidades dos partidos autorizados pelo regime, o Blanco e o Colorado, os interlocutores dos militares.

Como afirmava o presidente da Frente Ampla, Liber Seregni, num documento escrito na prisão onde se encontra desde 1973 «1982 não é o ano dos partidos políticos, mas o ano para que os partidos se entremam (...) enquanto os governantes preparam a institucionalização das forças armadas através de uma reforma constitucional» que deverá ser votada em 1983. Proclamando este ano como o da nova constituição e 1984 como o ano das eleições gerais a ditadura uruguaiu pensa ter criado as condições para a sua permanência no Poder. Esquecendo ou subestimando a força que com tal sistema está a colocar nas mãos do povo uruguaiu.

É verdade que as eleições não foram livres. É verdade que o número de presos políticos no país constituiu um recorde para a América Latina. É certo que os partidos que integram a Frente Ampla (socialistas, democratas, cristãos, cristãos socialistas e comunistas) continuam afastados, bem como quase todos os políticos que se destacaram no país antes de 1973. Não é menos certo que os militares se recusam sequer a ouvir falar de amnistia e que a censura à imprensa não só continua como se acentuou nos últimos tempos.

O voto na democracia
No entanto, e apesar de tudo isso, a grande força políti-

ca da Frente Ampla, que se pretende excluir e eliminar, deu já provas da sua implantação nas massas populares uruguaias como o provaram as eleições de 1980 e 1982.

Ao apelar desta vez para o voto em branco, dado que não se tratava agora de dizer sim ou não ao regime mas de legitimar de algum modo a força de partidos políticos, a Frente Ampla provou ao regime que são inúteis todas as tentativas para a ignorar, reprimir ou marginalizar. Sem pretender entrar em conflito com os partidos tradicionais autorizados, cujos partidários aconselharam a votar «nos sectores cuja conduta e programa sejam claramente oposicionistas e democráticos», a Frente Ampla apostou no voto em branco como um meio de ratificar a sua presença como uma força indispensável no cenário político nacional, como uma forma de traçar deste modo o seu próprio perfil no conjunto das forças em presença no Uruguai.

Como os dirigentes da Frente Ampla afirmaram a propósito destas eleições, elas marcam uma fase fundamental no confronto entre a democracia e a ditadura.

De um lado o povo que quer e exige o restabelecimento imediato da democracia plena e genuína. Do outro, o regime militar que procura desesperadamente as formas de disfarçar e perpetuar a ditadura com uma democracia tutelada, que institucionalize as Forças Armadas como verdadeira dona do Poder.

Ao pronunciar-se categoricamente, de todas as formas possíveis, contra a ditadura, o povo do Uruguai está ao mesmo tempo a defender o programa de plena democratização apoiado pelas diferentes forças progressistas.

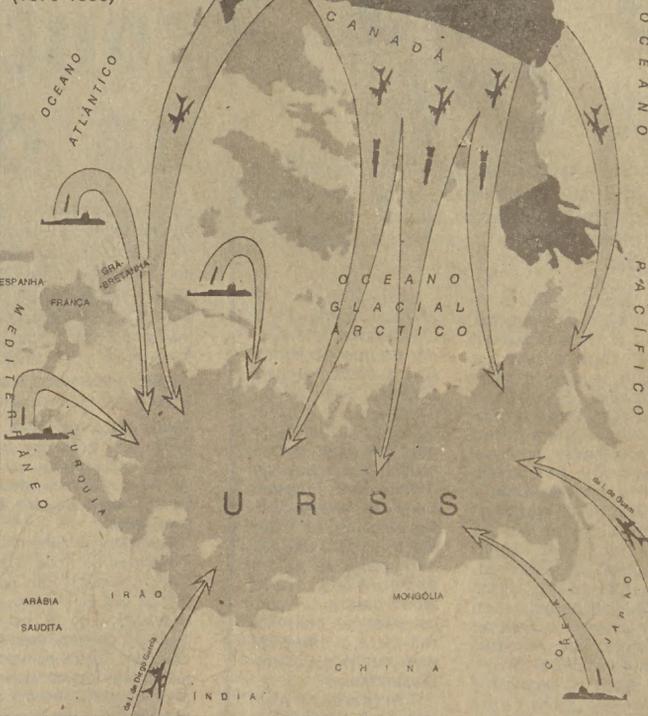
Um programa que compreende como princípios fundamentais a amnistia total, imediata libertação de todos os presos políticos e sindicais, o pleno reconhecimento de todas as liberdades e direitos democráticos e a restituição de independência ao Poder Judicial; a eleição por voto popular de uma Assembleia Nacional Constituinte, com a participação de todos os partidos políticos; a aplicação imediata de um plano económico de salvaguarda nacional, que eleve e proteja o nível de vida da população, que termine com a asfixia do comércio, da indústria e da agricultura.

A palavra de ordem destas eleições foi votar em massa na defesa de um tal programa. Que farão os militares com os resultados?

Ignorá-los como em 1980 e continuar o «Processo», perdendo em cada etapa do seu próprio calendário de institucionalização toda e qualquer velocidade de ser o impossível, o representante de um povo que só sabe reprimir?

E até quando poderão fazê-lo, contra a vontade expressa do povo uruguaiu?

Plano de acções das forças estratégicas ofensivas dos Estados Unidos segundo a experiência das grandes manobras (1970-1980)



Propostas de Paz para banir o espectro da guerra

Uma redução recíproca das forças e armamentos na Europa central e a cooperação para eliminar os focos mais perigosos de conflitos militares, nomeadamente no Médio Oriente, são algumas das principais medidas que segundo o dirigente soviético Iuri Andropov poderiam ser tomadas conjuntamente pela URSS e pelos Estados Unidos em 1983 para o reforço da paz e melhoria das relações soviético-americanas.

Iuri Andropov deixou mesmo em aberto a possibilidade de um encontro com Ronald Reagan, em entrevista concedida a um comentador político norte-americano, afirmando considerar «os contactos cimeiros como um método muito eficaz de desenvolver as relações entre os Estados».

Esta abertura e empenhamento das autoridades soviéticas em ultrapassar as divergências existentes entre os dois países em matéria de armamentos reveste-se de uma importância tanto maior quanto é do conhecimento geral que o «empenhamento» norte-americano se centra sobretudo na criação de impasses que ponham em causa a aplicação de uma real política de desarmamento. Recorde-se como diariamente a imprensa burguesa bombardeia a opinião pública com a pretensa superioridade militar da URSS sobre os Estados Unidos, a famigerada proposta «opção zero» da administração Reagan e o «inevitável» estacionamento de novos mísseis nucleares na Europa capitalista. Como afirmava recente-

Para a Alemanha Federal, estas propostas representam «progressos substanciais incontestáveis na posição soviética» pelo que «é preciso utilizar essas propostas em negociações construtivas».

Semelhante tomada de posição de um país onde os Estados Unidos pretendem instalar 572 mísseis «Pershing II» e «Cruise», assumida já depois da administração Reagan ter manifestado o seu desacordo com a proposta soviética, não pode deixar de ser entendida como um afastamento da falsa «opção zero».

E se a posição da França é ainda suficientemente dúbia para não permitir concluir-se está a favor ou contra a proposta soviética — François Mitterrand limitou-se a dizer que ela não seria aceite no caso de incluir a redução do arsenal francês, quando o que está em causa de momento é o não aumento desse arsenal —, o que parece óbvio é ter-se finalmente conseguido quebrar o anormal alheamento dos responsáveis governamentais europeus pela discussão dos problemas relativos à segurança dos respectivos países.

potencial e o soviético deixando de fora a Grã-Bretanha e França, tem por objectivo intimidar os europeus e levá-los a aceitar o «superarmamento» da Europa com novos mísseis nucleares norte-americanos.

Mas a aspiração dos povos à paz começa a ser mais forte que a tentação da corrida aos armamentos, do que os sonhos de supremacia pelo poder de destruição. Veja-se a propósito as recentes declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans Dietrich Genscher, que afastando-se das posições da Casa Branca afirmou que «deverá ser feito tudo



Conhecidos os resultados eleitorais, o povo uruguaiu desceu à rua a comemorar a vitória contra a ditadura numa gigantesca manifestação brutalmente reprimida pela polícia, que feriu várias pessoas e prendeu cerca de 300 manifestantes

Rodney Arismendi comenta as eleições

O povo uruguaiu, uma vez mais, respondendo ao apelo da Frente Ampla e das restantes forças opositoras para transformar as eleições num poderoso plebiscito contra a ditadura, expressou-se em mais de 80 por cento dos votos contra o regime, numa violação geral pouco comum pelas suas dimensões, afirmando a vontade de reconquistar a democracia, restabelecer a economia do país lançada no abismo — também pelas medidas mais recentes do regime —, reclamar a liberdade e afirmar a sua combatividade em unidade e convergência de todas as forças democráticas. O resultado eleitoral é, portanto, no seu enorme

éxito — tanto na própria votação como nas gigantescas manifestações populares que se sucedem em Montevideo e por toda a República — de todo o esforço, de todo o sacrifício, de todo o heroísmo que durante todos estes anos levaram o nosso povo a resistir e combater; em particular, das forças ilegalizadas, que sem um dia de trégua e com a luta do nosso Partido como espinha dorsal, enfrentaram o regime não lhe dando descanso e mantendo bem alto a esperança e a perspectiva da liberdade.

Os resultados eleitorais expressam a afirmação e esperança da Frente Ampla no exterior em reunir os vo-

tos de uma verdadeira convergência nacional. Isto é confirmado pela votação nos sectores mais definitivamente opositores e democráticos dos partidos tradicionais, sobressaindo em particular a vitória das listas inspiradas por Wilson Ferreira Aldunate no Partido Nacional e, no Partido Colorado, a estrondosa derrota desse personagem sinistro, Pacheco Areco, responsável — entre outras coisas — pelo advento da ditadura, uma vez que o seu governo libertino foi uma porta aberta, uma espécie de antecâmara, do fascismo que se seguiu; e nesses resultados, a Frente Ampla mostrou, tal como era seu objectivo (num acto eleitoral

em que se deveria reconhecer a ilegalidade de que se desenhava, com partidos proibidos, com centenas de presos e perseguidos, com o seu líder, o glorioso general Seregni, encarcerado), a sua presença inalienável na vida política nacional.

A Frente Ampla provou ser um factor insubstituível, no presente e no futuro, para a retorno à democracia, para a transformação dos «calendários» da ditadura numa verdadeira abertura democrática com vista à reconquista das liberdades em função de um programa claro e firme que é bandeira das massas populares.

ANGOLA

1983 — Ano do reforço da organização

O presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, proclamou o ano de 1983 como o «ano do reforço da organização». Na sua mensagem ao país, o dirigente angolano fez um balanço do ano findo e salientou as «novas esperanças que animam a todos quantos acreditam na linha política justa do MPLA-PT e na capacidade de conduzir o povo angolano na longa e difícil luta» contra o imperialismo, pela independência completa, pela paz e pelo bem-estar de todos os cidadãos.

Como salientou José Eduardo dos Santos, os acontecimentos mais marcantes na República Popular de Angola durante o ano findo passam, necessariamente, pela principal condicionante do seu desenvolvimento económico e social: a situação de guerra imposta pelo imperialismo internacional.

Os criminosos ataques dos racistas sul-africanos e seus fantoches contra o território angolano foram intensificados, deixando atrás de si o trágico saldo de aldeias inteiras massacradas e de importantes objectivos económicos destruídos. As violações aéreas e terrestres, acompanhadas de bombardeamentos tornaram-se praticamente diárias. A província do Cunene foi parcialmente ocupada.

A esta situação desgastante de guerra não declarada juntaram-se as pressões e chantagens dos círculos mais agressivos do imperialismo, tentando liquidar o apoio do povo angolano aos patriotas namibianos

que lutam na SWAPO e procurando fazer depender a independência da Namíbia da retirada das tropas cubanas de Angola.

A firme resposta do governo de Luanda a tais pressões, deixando bem claro que «a permanência e retirada das forças cubanas estacionadas em Angola constitui uma questão bilateral entre dois Estados soberanos», constituiu sem dúvida um marco importante na luta contra o domínio do imperialismo em África. Firmeza que obrigou já os racistas sul-africanos a sentarem-se à mesa das negociações com os seus vizinhos progressistas, passo que não sendo embora ainda decisivo não deixa no entanto de ser significativo.

O tempo corre contra os interesses do regime de Pretória e do seu principal apoio, a administração norte-americana, que já não sabem que mais inventar para retardar a independência da Namíbia. A justa luta dos povos acaba sempre por vencer.

Alguns progressos, apesar da guerra

A complexa situação de guerra em que vive o povo angolano não impediu no entanto a tomada de medidas importantes a nível económico e social, no sentido da edificação das bases técnicas e materiais do socialismo e da elevação do nível de vida do povo.

Com base nas orientações do I Congresso Extraordinário do MPLA-PT, providenciou-se

no sentido de uma delimitação mais rigorosa dos objectivos económicos e sociais estratégicos e pela reformulação da concepção da organização e funcionamento de alguns sectores da vida nacional, de modo a impor uma perspectiva que englobe os fins a atingir a nível económico-social e militar.

Enquadra-se, neste âmbito, a decisão de realizar, este ano, a I Conferência Nacional do



Também para as mulheres angolanas 1983 vai ser o ano da organização, reforçando a sua estrutura representativa, a OMA

EM NOME DA VIDA NÃO À BOMBA DE NEUTRÕES!



Conquistar a alegria de viver em paz

mente o ministro da Defesa da URSS, a verdade é que Washington tem como objectivo romper as parades, obter uma superioridade militar, para a qual fixou mesmo uma data aproximada: o ano de 1990.

Segundo este responsável soviético, que pretendiam os Estados Unidos com a pouco séria «opção zero», que dizem ser «simples» e «equitativa»? Por um lado, liquidar de um só golpe o sistema defensivo da União Soviética, o que sem dúvida se poderia considerar simples se fosse aceite; por outro, assegurar a superioridade norte-americana, o que de modo algum pode ser lido como equitativo.

A tentativa americana de comparar forças considerando exclusivamente o seu

para manter no mais baixo nível possível, tanto do lado norte-americano como do soviético, o número de mísseis de médio alcance na Europa». Significativo também é que tais afirmações tenham sido feitas após Iuri Andropov, secretário-geral do PCUS, ter reafirmado a disposição da URSS em reduzir os mísseis instalados na parte europeia do seu território ao nível dos mísseis de que dispõem em conjunto a França e a Grã-Bretanha, bem como a redução em mais de um quarto do seu arsenal de armas nucleares estratégicas.

Como afirmou há dias o especialista soviético Gueorgui Arbatov, «é impossível viver eternamente numa estrutura de após-guerra, numa situação de parceiros menores». A este despertar do seguidismo norte-americano no que se refere à política de guerra não será certamente alheio o crescimento contínuo dos movimentos de paz em toda a Europa e nos próprios Estados Unidos.

A ameaça de uma guerra nuclear nunca foi tão real. Por isso a defesa da paz terá de ser ainda mais forte.